



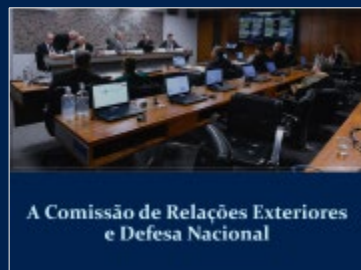
Relatório de Atividades

Biênio 2023-2024

Presidente Senador Renan Calheiros



Sumário





A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Evolução histórica da CRE nos Regimentos Internos do Senado Federal



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) trata dos negócios estrangeiros do Estado brasileiro desde os primeiros momentos da República.

Nela, predominam os temas de Defesa e Diplomacia, que são faces complementares do exercício de funções vitais do Estado, garantindo seu desenvolvimento e sobrevivência.





A História da CRE

A CRE é um dos colegiados mais tradicionais do Senado Federal do Brasil. Sua primeira ocorrência regimental explícita como Comissão Permanente aconteceu há 120 anos, sob a forma das Comissões de Constituição e Diplomacia e de Marinha e Guerra, conforme o Regimento Interno do Senado Federal de 1903, editado sob a Constituição de 1891.

A História da CRE

Sob o Regimento Interno de 1926, foram criadas as Comissões de Diplomacia e Tratados e a de Marinha e Guerra, mantendo a especialização temática, em colegiados distintos, da matéria diplomática e da matéria de defesa.

Com o advento da Constituição de 1935, foram estabelecidas as Comissões de Defesa e Segurança Nacional e a de Diplomacia e Legislação Social, delineando-se pela primeira vez as competências de cada uma.



The background image shows two men in suits engaged in a conversation. The man on the left is older, with grey hair and glasses, wearing a grey suit. The man on the right is bald with glasses, wearing a dark suit and a red tie. They are standing in a room with a large map of Brazil on the wall behind them. To the left, a portion of the Brazilian flag is visible. On the right, a digital clock displays '15:18:31'.

A Evolução Regimental da CRE

Com a Constituição de 1946, o Regimento Interno estabeleceu uma Comissão de Relações Exteriores e outra de Forças Armadas. Finalmente, sob a Constituição de 1969, foi promulgado o Regimento Interno de 1971, ainda vigente (adaptado à Constituição de 1988 pela Resolução nº 18/1989 e atualizado em 2016). Esse regimento criou a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Defesa Nacional, que foram unificadas em 1989 e mantiveram as respectivas competências (art. 103) praticamente inalteradas ao longo de 52 anos.

As Atribuições da CRE



Atribuições da CRE no Regimento Interno do Senado Federal

Art. 103

- **Atos e relações internacionais:**

Proposições relativas aos atos e às relações internacionais (Constituição, art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores.

- **Comércio exterior:**

Questões relacionadas ao comércio exterior.

- **Indicações diplomáticas:**

Nomeação de chefes de missões diplomáticas permanentes junto a governos estrangeiros e organizações internacionais de que o Brasil faça parte (Constituição, art. 52, IV).

- **Forças Armadas e segurança nacional:**

Questões relacionadas às Forças Armadas (terra, mar e ar), requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (Constituição, art. 49, II).

Atribuições da CRE e o Regimento Interno do Senado Federal Art. 103

- **Organizações internacionais:**

Assuntos referentes à Organização das Nações Unidas (ONU) e outras entidades internacionais de qualquer natureza.

- **Ausência do Presidente e Vice-Presidente:**

Autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional (Constituição, art. 49, III).

- **Assuntos correlatos:**

Questões relacionadas que se enquadrem nos temas de relações exteriores e defesa nacional.

Parágrafos:

§ 1º: A CRE integrará, por um de seus membros, as comissões enviadas pelo Senado ao exterior em assuntos pertinentes à política externa do País.

§ 2º: A CRE promoverá audiências públicas, no início de cada sessão legislativa, com os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa para prestarem informações no âmbito de suas competências.

Composição da CRE

Biênio 2023-2024



Composição da CRE 2023-2024

Presidência



Presidente
Senador Renan Calheiros
MDB/AL



Vice-presidente
Senador Cid Gomes
PSB/CE

Bloco Parlamentar Democracia

MDB, UNIÃO

TITULARES

Senadora Professora Dorinha
Seabra (UNIÃO/TO)



Senador Randolfe
Rodrigues (PT/AP)



Senador Renan Calheiros
(MDB/AL)



Senador Fernando
Dueire (MDB/PE)



Senador Marcos do Val
(PODEMOS/ES)



Senador Sid Gomes
(PSD/CE)



Senador Alessandro
Vieira (MDB/SE)



SUPLENTES

Senador Veneziano Vital
do Rêgo (MDB/PB)



Senador Sergio Moro
(UNIÃO/PR)



Senadora Ivete da
Silveira (MDB/SC)



Senador Efraim Filho
(UNIÃO/PB)



Senador Carlos Viana
(PODEMOS/MG)



VAGO

Senador Izalci Lucas
(PSDB/DF)



Bloco Parlamentar Resistência Democrática

PSB, PT, PSD

TITULARES

Senadora Daniella
Ribeiro (PSD/PB)



Senador Nelsinho Trad
(PSD/MS)



Senadora Mara Gabrilli
(PSD/SP)



Senador Vanderlan
Cardoso (PSD/GO)



Senador Jaques Wagner
(PT/BA)



Senador Humberto Costa
(PT/PE)



Senador Chico Rodrigues
(PSB/RR)



SUPLENTES

Senador Otto Alencar
(PSD/BA)



Senador Omar Aziz
(PSD/AM)



Senadora Margareth
Buzetti (PSD/MT)



Senador Sérgio Petecão
(PSD/AC)



Senador Beto Faro
(PT/PA)



Senador Fabiano
Contarato (PT/ES)



Senador Flávio Arns
(PSB/PR)



Bloco Parlamentar Vanguarda

PL, NOVO

TITULARES

Senador Astronauta
Marcos Pontes
(PL/SP)



Senador Wellington
Fagundes (PL/MT)



Senadora Tereza Cristina
(PP/MS)



SUPLENTES

Senador Carlos Portinho
(PL/RJ)



Senador Wilder Morais
(PL/GO)



Senador Magno Malta
(PL/ES)



Bloco Parlamentar da Aliança

PP/ PODEMOS

TITULARES

Senador Esperidião
Amin
(PP/SC)



Senador Hamilton
Mourão
(REPUBLICANOS/RS)



TITULARES

Senador Ciro Nogueira
(PP/PI)



Senador Mecias de
Jesus
(REPUBLICANOS/RR)



Senadores e Senadoras que Atuaram na CRE

Biênio 2023-2024

AFASTADOS

Senadora Soraya
Thronicke (UNIÃO/MS)



Senador Romário
(PL/RJ)



Senador Mauro Carvalho
Junior (UNIÃO/MT)



Senador André Amaral
(UNIÃO/PB)



AFASTADOS

Senador Eduardo Girão
(NOVO/CE)



Senadora Leila Barros
(PDT/DF)



Senador Efraim Filho
(UNIÃO/PB)



Senadora Rosana Martinelli
(PL/MT)



Palavras do Presidente

“Senhoras Senadoras e senhores Senadores,

As circunstâncias internas e mundiais vão dando relevância, cada vez maior, à diplomacia.

O mundo todo tem caminhado na direção do protagonismo das Comissões Legislativas de Relações Exteriores que, no nosso caso, abrange ainda a Defesa Nacional, cuja importância é equivalente.

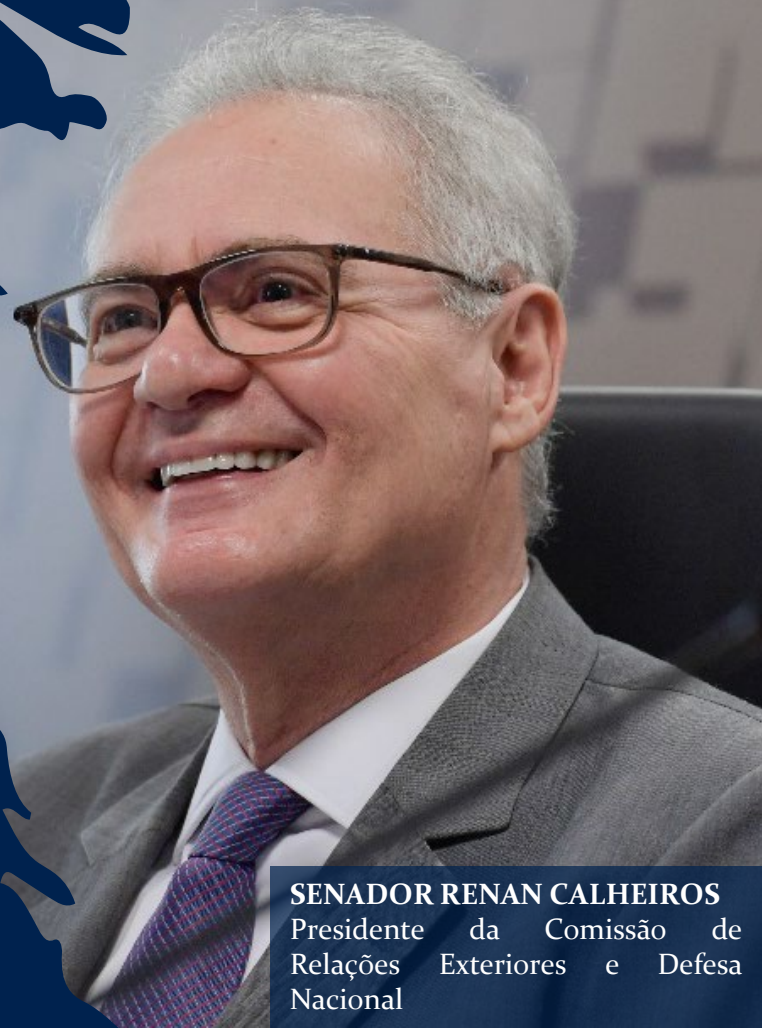
Isso em um mundo, infelizmente, progressivamente belicista. Devemos usar o protagonismo desta importante Comissão do Congresso Nacional na pregação e busca incessante da paz.

Do ponto de vista interno, fazendo com que os Parlamentares olhem mais para o funcionamento do dia a dia dos nossos trabalhos.

E do ponto de vista externo, para que as relações exteriores possam, do ponto de vista do que aqui se discute e se produz, ocupar o lugar que merecem diante da sociedade.

Em que pese a explosão de conflitos armados em vários quadrantes do planeta o que segue pautando nossa Comissão é obsessão pela paz. Respeitando o que preceitua nossa Constituição não haveremos de errar.

Os pressupostos da política externa, que elevaram a credibilidade, a confiabilidade brasileira e a tradição do Rio Branco, são solares e constitucionais: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre Estados, defesa da paz, a solução pacífica de conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre povos para o progresso da humanidade, a concessão de asilo político e a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.”



SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente da Comissão de
Relações Exteriores e Defesa
Nacional

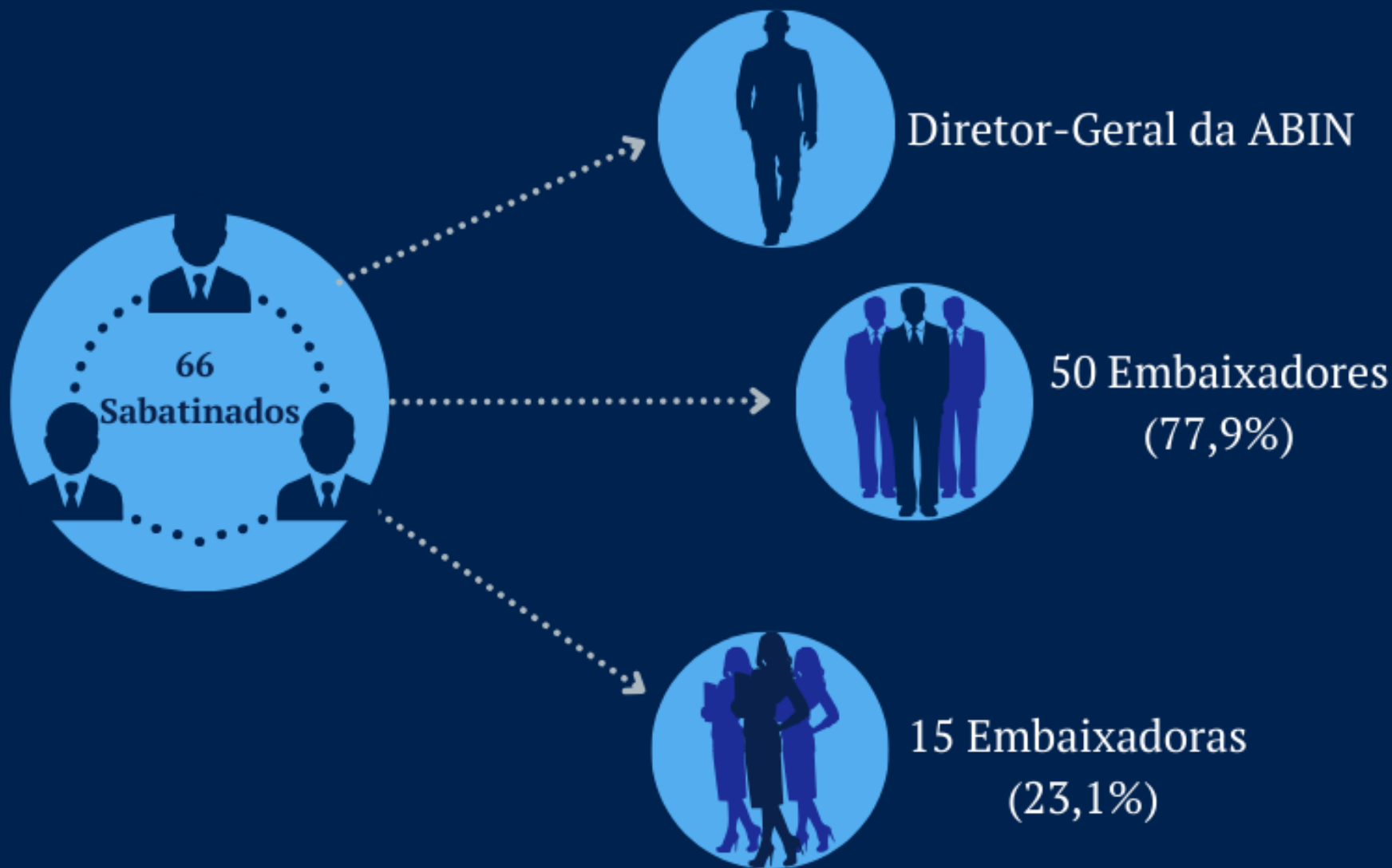


A CRE em números

A CRE em números



A CRE em números



A Página da CRE

Atividade Legislativa / Comissões / CRE

CRE Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



12/12/2023 - 16h27
Em meio à tensão no continente, indicada é aprovada ao posto vago na Venezuela

NOTÍCIAS

12/12/2023 - 16h22
Indicação para embaixada na Guiana segue para o Plenário

12/12/2023 - 16h11
CRE aprova nome para embaixador em Omã

12/12/2023 - 15h52
Aprovada indicação de embaixadora em Trinidad e Tobago

07/12/2023 - 10h11
CRE sabatina e vota na terça indicados às embaixadas na Guiana e Venezuela

REUNIÕES

A COMISSÃO



+ 110.000 Acessos

+6.000
Acessos por mês



Conheça nossa página clicando no link abaixo:

[Site da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional](#)

A Diplomacia Parlamentar

“Diplomacia parlamentar é [...] complemento à diplomacia tradicional exercida pelos governos. É mais uma maneira de fortalecer as relações bilaterais [...], por meio dos mais diversos canais de intercâmbios e instâncias, principalmente as assembleias internacionais e os grupos parlamentares de amizade.”



A Diplomacia Parlamentar



Lançamento da candidatura do Ministro Bruno Dantas, TCU, à junta de Auditores da ONU



Almoço com os Presidentes dos países Sul-Americanos



Recepção dos Embaixadores da Venezuela, Japão, Estados Unidos e Argentina



Recepção da Delegação de Eurodeputados da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Europeu

A Diplomacia Parlamentar



Integração da Comitativa Presidencial em viagens oficiais à Portugal e à Espanha



Visita do Encarregado de Negócios da Ucrânia

Biênio 2023-2024

Biênio 2023-2024



Sob a presidência do Senador Renan Calheiros (2023-2024), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promoveu 40 reuniões, detalhadas ao longo do relatório.

Instalação e Eleição

08 de março de 2023

- Seguido o protocolo estabelecido pelo art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.
- Foram eleitos o **Senador Renan Calheiros** como Presidente e o **Senador Cid Gomes** como Vice-Presidente*.



*Vice-Presidente eleito na 2ª Reunião, em 16/03/2024

Acesse a íntegra da reunião:
[1ª Sessão Extraordinária](#)

Instalação e Eleição

08 de março de 2023

“Hoje, esta Comissão faz 120 anos de existência, uma Comissão importante, fundamental, que tem como propósito fundamental, enquanto nós estivermos à frente da sua condução, a reconstrução, o resgate, a restauração do papel que o Brasil sempre exerceu nas relações internacionais, fazendo com que o país volte a ser exemplo de multilateralidade, de soberania, de independência, de liberdade, de defesa da democracia.”

Senador Renan Calheiros



Acesse a íntegra da reunião:
[1ª Sessão Extraordinária](#)

Apresentação do Plano de Trabalho

16 de março de 2023

“Nós temos de recuperar o tempo dilapidado com agendas evidentemente medievais e reinserir o Brasil nos grandes temas mundiais. Por essa razão, vamos colaborar legislativamente, como for necessário, com uma agenda diplomática, ambiental, climática, como anunciada pelo Presidente da República na COP 28, quer dizer, uma diplomacia de direitos humanos, em busca da igualdade de gênero, racial e contra todas as discriminações, em defesa dos povos originários, que envolva investimentos dos países mais ricos em busca de um desenvolvimento sustentável no combate à pobreza e à fome, flagelo que nos ronda, infelizmente, de novo.”

Senador Renan Calheiros



Acesse a íntegra da reunião:
[2ª Sessão Extraordinária](#)



Apresentação do Plano de Trabalho

16 de março de 2023

“Nossas responsabilidades, como todos sabem, estão em três frentes: a política externa, a defesa nacional e o controle dos serviços de inteligência.”

“No âmbito da Defesa, [...], eu me amparo, novamente, na lucidez da Carta Cidadã. As atribuições das Forças Armadas estão perfeitamente delimitadas no art. 142, da Constituição Federal, em que não se divisa nenhuma interpretação além do que está enunciado na Constituição.”

Senador Renan Calheiros

Aprovação do Plano de Trabalho

23 de março de 2023

Acesse a íntegra da reunião:

[3ª Sessão Extraordinária](#)



Eixos

- Fortalecimento da **diplomacia ambiental e climática** e das políticas públicas sustentáveis de crescimento econômico e social;
- Ampliação da **cooperação internacional** nas questões de segurança alimentar, hídrica, sanitária, educacional, ciência, tecnologia e inovações;
- Reforma das **instituições multilaterais**, em busca da maior eficácia e protagonismo dos países em desenvolvimento;

Aprovação do Plano de Trabalho

23 de março de 2023

Acesse a íntegra da reunião:

3ª Sessão Extraordinária



- Intensificação das relações internacionais com os BRICS;
- Focalização na África, Ásia, América Latina e países em desenvolvimento;
- Ampliação dos mecanismos de **cooperação jurídica internacional na defesa das instituições democráticas e dos direitos humanos dos brasileiros** que visitam ou vivem no exterior, bem como no combate ao terrorismo e ao crime organizado;

Aprovação do Plano de Trabalho

23 de março de 2023

Acesse a íntegra da reunião:

[3ª Sessão Extraordinária](#)

- 
- Revitalização e fortalecimento do Mercosul;
 - Aperfeiçoamento dos marcos jurídicos do sistema de defesa nacional e inteligência;
 - Fortalecimento da ampliação da cooperação internacional para o intercâmbio e acesso nacional a tecnologias, tais como: inteligência artificial, aprendizado de máquina, computação quântica, *blockchain*, impressão 3D, energias renováveis e biologia sintética.



Sabatinas

As Sabatinas em Números



No biênio 2023-2024 foram realizadas 66 sabatinas, em 16 Reuniões; uma nos termos da RCN 2/2013 (Abin), e 65 nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição (Diplomatas);

Cada um dos Diplomatas indicados apresentou seu respectivo Planejamento Estratégico, nos termos do art. 383, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como da Decisão do Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de 12/04/2023;



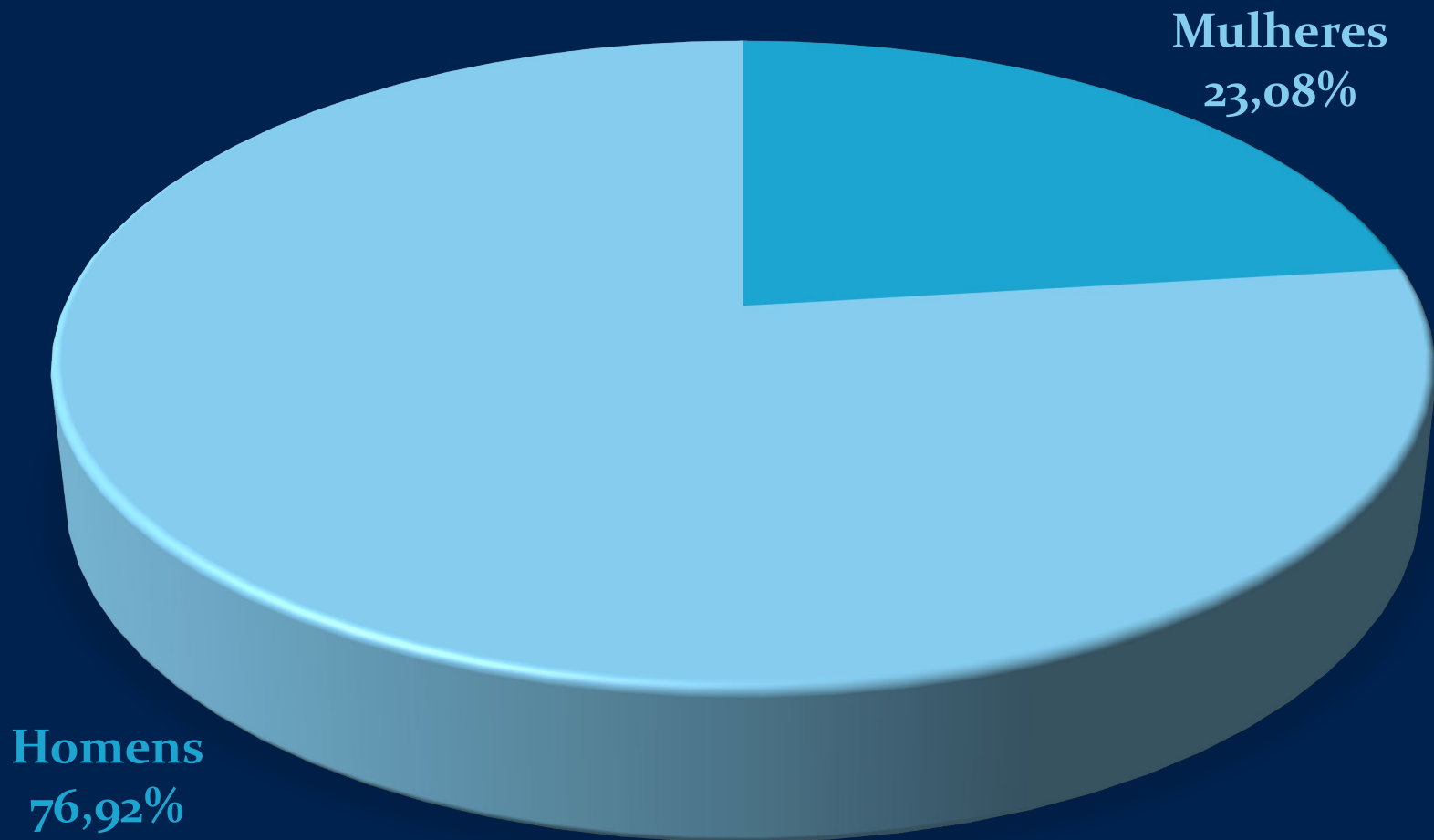
Todas as Sabatinas ocorreram de forma pública, com disponibilidade em tempo real pela página oficial da CRE;

Todas as votações se deram de forma secreta, conforme estabelece o art. 116, inciso I, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.



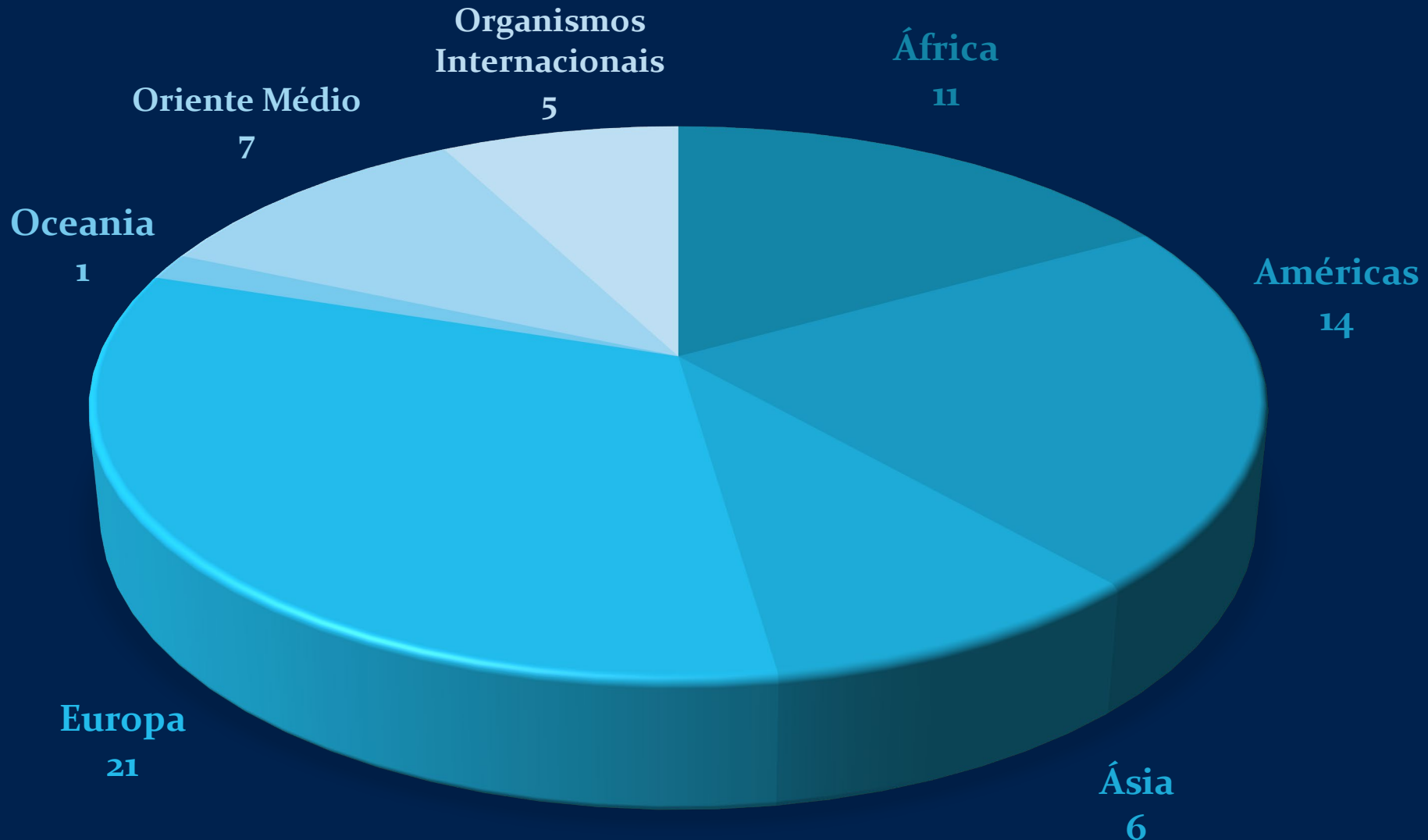
As Sabatinas em Números

Gênero

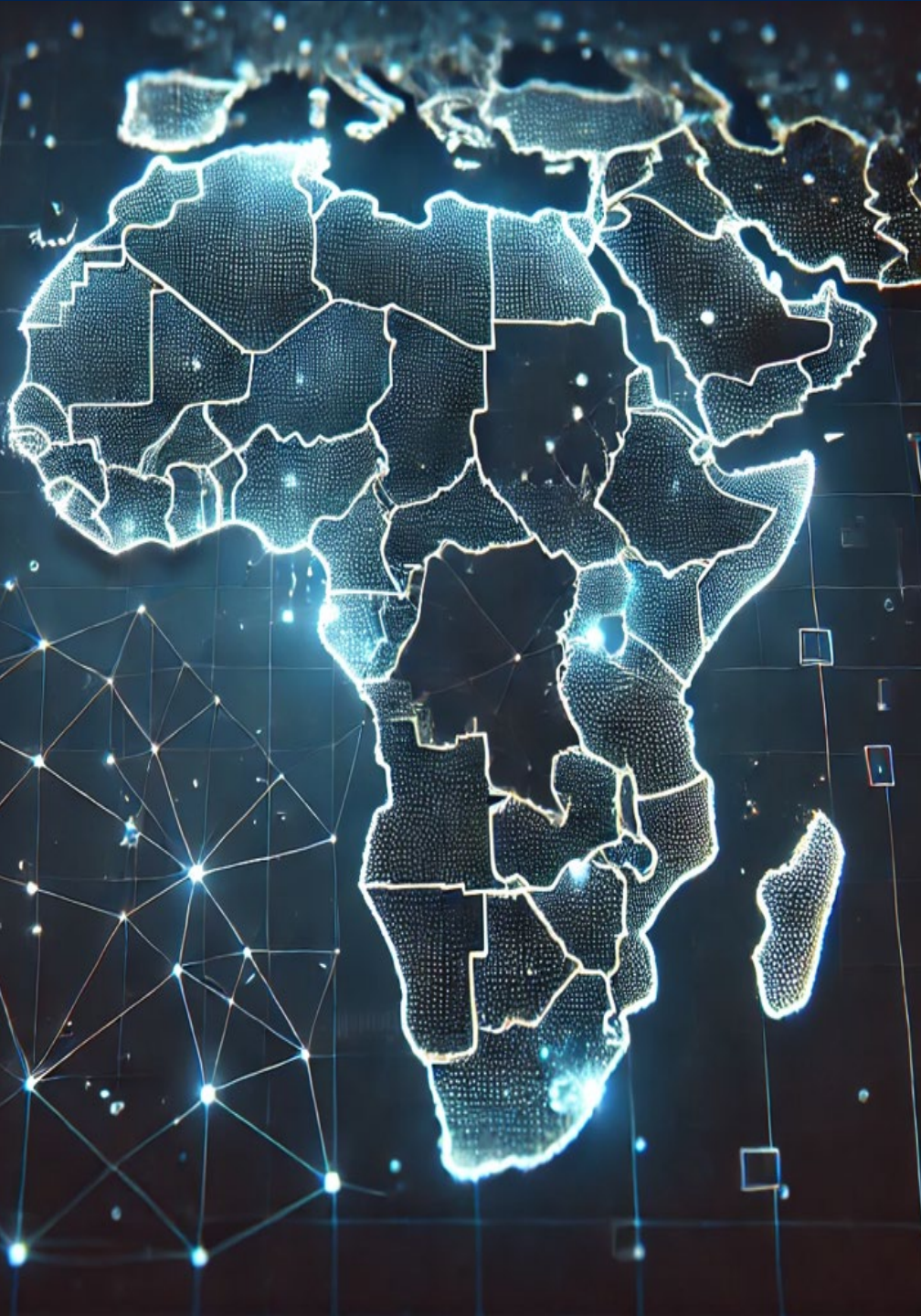


NOTA: essa proporção é a mesma atualmente encontrada nos quadros do Ministério das Relações Exteriores.

As Sabatinas em Números Geografia



NOTA: essa proporção é a mesma atualmente encontrada nos quadros do Ministério das Relações Exteriores.



Continente Africano

Egito e Eritreia

Relator: Senador
Nelsinho Trad

Aprovado em
11/05/2023

Aproximadamente 2.500
brasileiros residentes

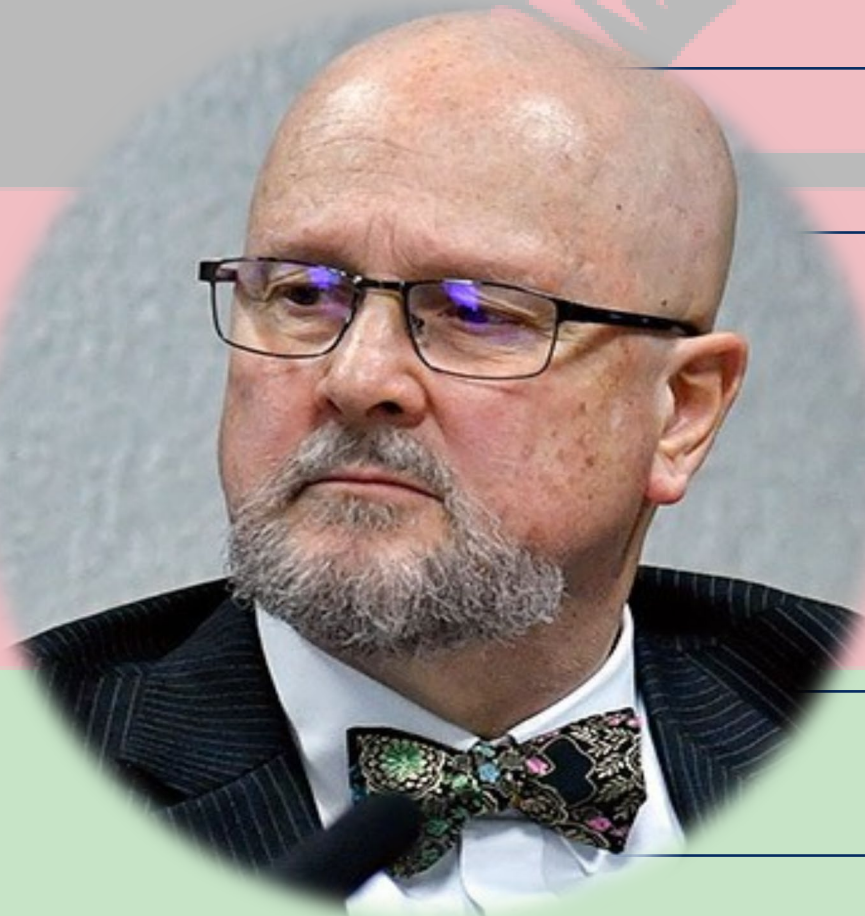
21º no ranking de
Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 5/2023



Senhor Paulino Franco de
Carvalho Neto

Malawi



Senhor Arthur Henrique
Villanova Nogueira

Relator: Senador
Wellington
Fagundes

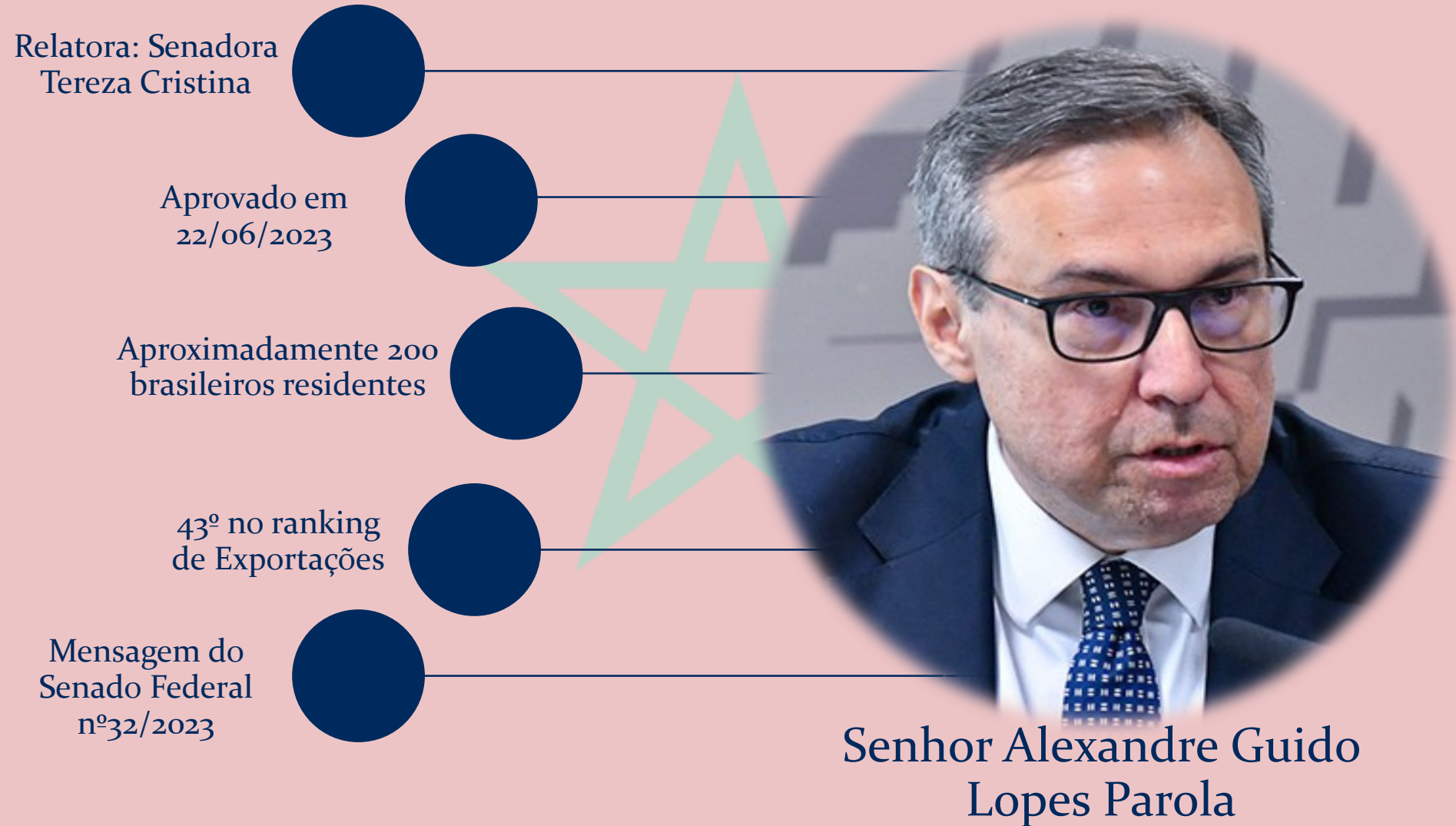
Aprovado em
25/05/2023

Aproximadamente 29
brasileiros residentes

196º no ranking
de Importações

Mensagem do
Senado Federal nº
16/2023

Marrocos



Botsuana



Senhor João Genésio
de Almeida Filho

Relator: Senador
Fernando Dueire

Aprovado em
22/06/2023

Aproximadamente 16
brasileiros residentes

172º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
37/2023

Gana, Serra Leoa e Libéria



Relatora: Senadora
Mara Gabrilli

Aprovada em
25/04/2024

Aproximadamente 150
brasileiros residentes

80º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
92/2023



Senhora Mariana
Gonçalves Madeira

Nigéria



Senhor Carlos José
Areias Moreno Garcete

Relator: Senador
Cid Gomes

Aprovado em
25/04/2024

Aproximadamente 300
brasileiros residentes

50º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
1/2024

Angola

Relator: Senador
Esperidião Amin

Aprovada em
10/07/2024

Aproximadamente 25.000
brasileiros residentes

65º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
20/2024

Senhora Eugênia
Barthelmess

Cabo Verde

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

Aprovado em
10/07/2024

Aproximadamente 350
brasileiros residentes

127º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
19/2024



Senhor Alexandre Henrique
Scultori de Azevedo Silva

Argélia

Relator: Senador
Esperidião Amin

Aprovado em
14/08/2024

Aproximadamente 73
brasileiros residentes

32º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
25/2024



Senhor Marcos Vinicius
Pinta Gama

Gabão



Senhor Miguel Griesbach
de Pereira Franco

Relator: Senador
Hamilton Mourão

Aprovado em
13/11/2024

Aproximadamente 79
brasileiros residentes

113º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
53/2024

Senegal e Gâmbia

Relatora: Senador
Chico Rodrigues

Aprovada em
13/11/2024

Aproximadamente 190
brasileiros residentes

75º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
33/2024

Senhora Daniella Xavier
Cesar

AMERICAS



Continente Americano

Argentina

Relator: Senador
Jaques Wagner

Aprovado em
11/05/2023

Aproximadamente 101.502
brasileiros residentes

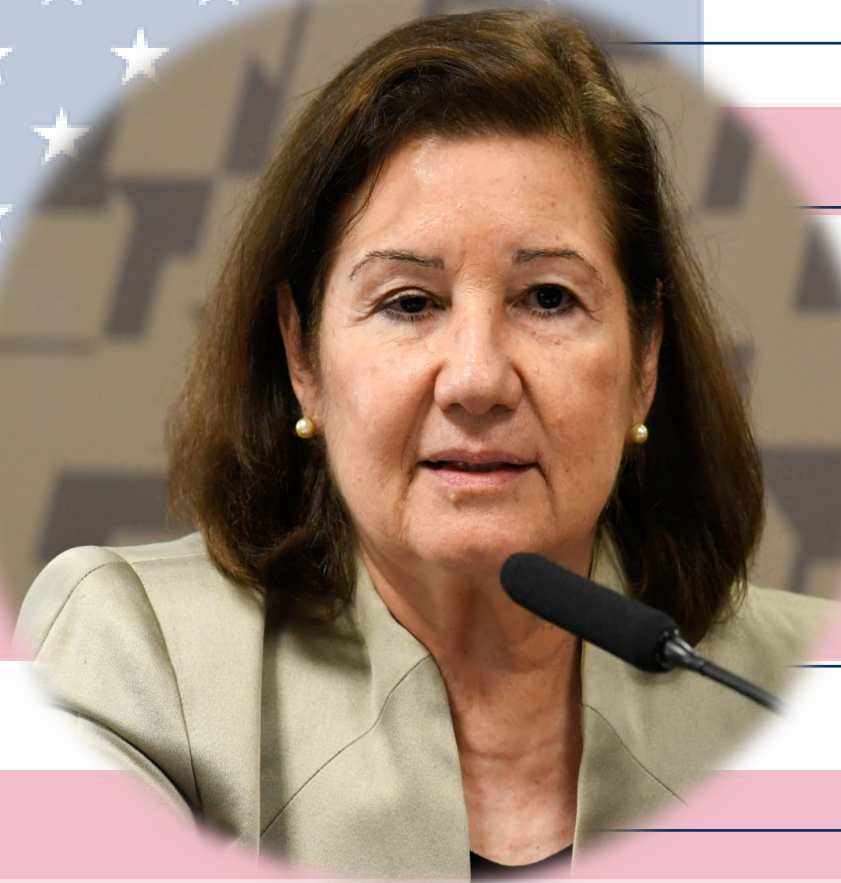
3º no ranking de
Importações

Mensagem do
Senado Federal nº
8/2023



Senhor Julio
Glinternick Bitelli

Estados Unidos da América



Senhora Maria Luiza
Ribeiro Viotti

Relatora: Senadora
Mara Gabrilli

Aprovado em
11/05/2023

Aproximadamente 2.085.000
brasileiros residentes

2º no ranking
de Importações

Mensagem do
Senado Federal nº
9/2023

Cuba

Relator: Senador
Randolfe Rodrigues

Aprovado em
11/05/2023

Aproximadamente 200
brasileiros residentes

81º no ranking de
Importações

Mensagem do
Senado Federal nº
21/2023



Senhor Christian
Vargas

Peru



Senhor Clemente de Lima
Baena Soares

Relator: Senador
Chico Rodrigues

Aprovado em
18/05/2023

Aproximadamente 11.060
brasileiros residentes

32º no ranking de
Importações

Mensagem do
Senado Federal nº
20/2023

Canadá

Relatora: Senadora
Teresa Cristina

Aprovado em
06/07/2023

Aproximadamente 143.500
brasileiros residentes

9º no ranking de
Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 44/2023



Senhor Carlos Alberto
Franco França

República Dominicana



Senhor Carlos Luís Dantas
Coutinho Perez

Relator: Senador
Alessandro Vieira

Aprovado em
28/09/2023

Aproximadamente 900
brasileiros residentes

47º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
58/2023

Trinidad e Tobago

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

Aprovada em
12/12/2023

Aproximadamente 120
brasileiros residentes

77º no ranking de
Importações

Mensagem do
Senado Federal nº
75/2023



Senhora Maria Elisa Teófilo
de Luna

Guiana



Senhora Maria Cristina de
Castro Martins

Relatora: Senadora
Mara Gabrilli

Aprovada em
12/12/2023

Aproximadamente 11.921
brasileiros residentes

74º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
76/2023



Relator: Senador
Chico Rodrigues

Venezuela

Aprovada em
12/12/2023

Aproximadamente 11.500
brasileiros residentes

46º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 86/2023



Senhora Glivânia Maria de
Oliveira

México



Senhor Nedilson Ricardo
Jorge

Relator: Senador
Humberto Costa

Aprovado em
10/07/2024

Aproximadamente 32.784
brasileiros residentes

7º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
17/2024

Santa Lúcia e Comunidade da Dominica

Relator: Senador
Jaques Wagner

Aprovado em
10/07/2024

Aproximadamente 16
brasileiros residentes

184º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 18/2024



Senhor Colbert Soares
Pinto Junior

São Vicente e Granadinas



Senhora Ana Lélia Benincá
Beltrame

Relatora: Senadora
Professora Dorinha
Seabra

Aprovada em
14/08/2024

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se pelo diálogo fluido e pela aproximação em matéria de cooperação técnica e assistência humanitária.

O país é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), que possui relação que cooperação com o Brasil

Mensagem do
Senado Federal
nº 26/2024

Equador

Relator: Senador
Chico Rodrigues

Aprovado em
14/08/2024

Aproximadamente 3.000
brasileiros residentes

50º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
24/2024

Senhor Flávio Soares
Damico

Suriname



Senhor Felipe Costi
Santarosa

Relator: Senador
Randolfe Rodrigues

Aprovado em
13/11/2024

Aproximadamente 30.000
brasileiros residentes

117º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
51/2024



Continente Asiático

Índia e Butão



Senhor Kenneth Félix
Haczynski da Nóbrega

Relatora: Senadora
Margareth Buzetti

Aprovado em
11/05/2023

Aproximadamente 600
brasileiros residentes

6º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
12/2023

Indonésia

Relatora: Senadora
Professora Dorinha
Seabra

Aprovado em
25/05/2023

Aproximadamente 900
brasileiros residentes

16º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
13/2023



Senhor George
Monteiro Prata

Filipinas, Palau, Micronésia e Ilhas Marshall



Senhor Gilberto Fonseca
Guimarães de Moura

Relator: Senador
Esperidião Amin

Aprovado em
17/08/2023

Aproximadamente 650
brasileiros residentes

34º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
51/2023

Myanmar

Relator: Senador
Mauro Carvalho
Junior

Aprovado em
17/08/2023

Aproximadamente 10
brasileiros residentes

144º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 55/2023



Senhor Gustavo
Rocha de Menezes

Cazaquistão, Quirguistão e Turcomenistão



Senhor Marcel Fortuna
Biato

Relator: Senador
Esperidião Amin

Aprovado em
06/06/2024

Aproximadamente 90
brasileiros residentes

131º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
8/2024

Singapura

Relator: Senador
Hamilton Mourão

Aprovado em
10/07/2024

Aproximadamente 1.699
brasileiros residentes

6º no ranking de
Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 22/2024



Senhor Luciano
Mazza de Andrade



Continente Europeu

França e Mônaco

Relator: Senador
Veneziano Vital do
Rêgo

Aprovado em
11/05/2023

Aproximadamente
95.000 brasileiros
residentes

27º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
6/2023



Senhor Ricardo Neiva
Tavares

Ordem Soberana e Militar de Malta (OSM) e Santa Sé



Senhor Everton Vieira
Vargas

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

Aprovado em
11/05/2023

A OSM de Malta é uma
organização internacional católica
e teve seu estatuto internacional
reconhecido pelo Brasil em 1951

A Embaixada Brasileira em
Santa Sé está entre as mais
antigas representações
brasileiras no exterior

Mensagem do
Senado Federal nº
10/2023

Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte

Relator: Senador
Cid Gomes

Aprovado em
18/05/2023

Aproximadamente 230.000
brasileiros residentes

26º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
11/2023



Senhor Antonio de
Aguiar Patriota

Grécia



Senhor Paulo Roberto
Caminha de Castilhos França

Relator: Senador
Humberto Costa

Aprovado em
18/05/2023

Aproximadamente 4.000
brasileiros residentes

73^a no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 15/2023

Eslováquia

Relatora:
Senadora Leila
Barros

Aprovado em
25/05/2023

Aproximadamente 316
brasileiros residentes

138º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
14/2023



Senhor Gabriel Boff
Moreira

Países Baixos



Senhor Fernando
Simas Magalhães

Relator: Senador
Chico Rodrigues

Aprovado em
25/05/2023

Aproximadamente 80.000
brasileiros residentes

4º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 26/2023

Romênia

Relator: Senador
Alessandro Vieira

Aprovado em
15/06/2023

Aproximadamente 477
brasileiros residentes

98º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
25/2023



Senhor Ricardo
Guerra de Araújo

Itália, San Marino e Malta



Senhor Renato Mosca
de Souza

Relator: Senador
Humberto Costa

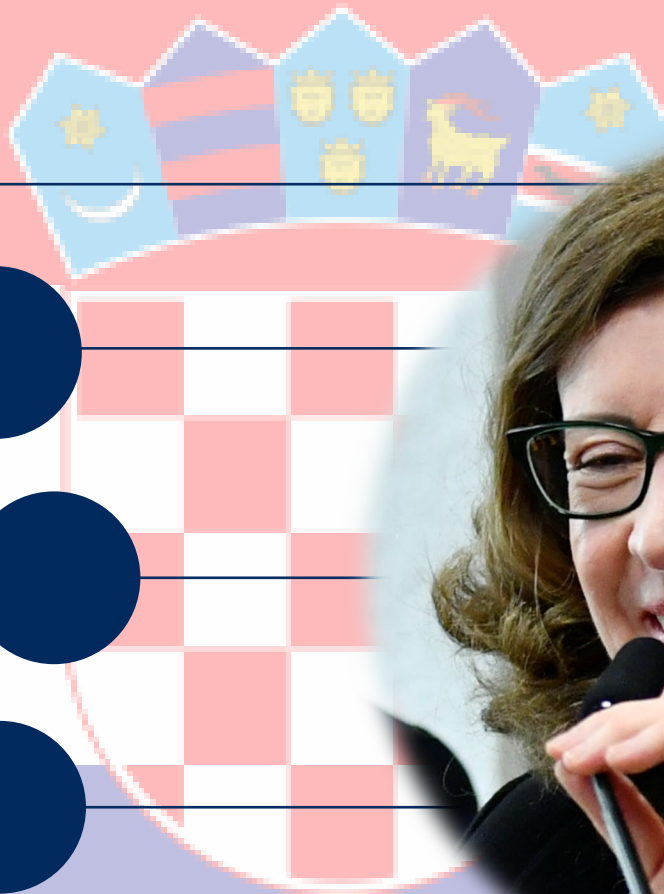
Aprovado em
15/06/2023

Aproximadamente 159.000
brasileiros residentes

15º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
29/2023

Croácia



Relatora: Senadora
Margareth Buzetti

Aprovado em
22/06/2023

Aproximadamente 400
brasileiros residentes

115º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
31/2023



Senhora Silvana Polich

Bulgária e Macedônia do Norte



Senhor Paulo Roberto
Campos Tarrisse da Fontoura

Relator: Senador
Hamilton Mourão

Aprovado em
06/07/2023

Aproximadamente 350
brasileiros residentes

63º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
45/2023

Bósnia e Herzegovina

Relator: Senador
Fernando Dueire

Aprovado em
17/08/2023

Aproximadamente 100
brasileiros residentes

52º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº49/2023



Senhora Maria Clara
Duclos Carisio

Suécia e Letônia



Senhora Maria Edileuza
Fontenele Reis

Relatora: Senadora
Margareth Buzetti

Aprovada em
17/08/2023

Aproximadamente 20.000
brasileiros residentes

52º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
50/2023

Dinamarca e Lituânia

Relator: Senador
Alessandro Vieira

Aprovado em
25/04/2024

Aproximadamente 6.042
brasileiros residentes

61º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
2/2024



Senhor Leonardo Luís
Gorgulho Nogueira Fernandes

Irlanda



Senhor Flávio Helmold
Macieira

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

Aprovado em
06/06/2024

Aproximadamente 80.000
brasileiros residentes

63º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
7/2024

Noruega e Islândia

Relator: Senador
Hamilton Mourão

Aprovado em
06/06/2024

Aproximadamente 11.398
brasileiros residentes

39º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
11/2024



Senhor Rodrigo de Azeredo
Santos

Estônia



Senhora Rosimar da
Silva Suzano

Relatora: Senadora
Margareth Buzetti

Aprovado em
10/07/2024

Aproximadamente 743
brasileiros residentes

107º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº21/2024

Ucrânia e Moldávia

Relator: Senador
Chico Rodrigues

Aprovado em
10/07/2024

Aproximadamente 65
brasileiros residentes

120º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
23/2024



Senhor Rafael de Mello Vidal

Turquia



Senhora Gilda
Motta Santos Neves

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

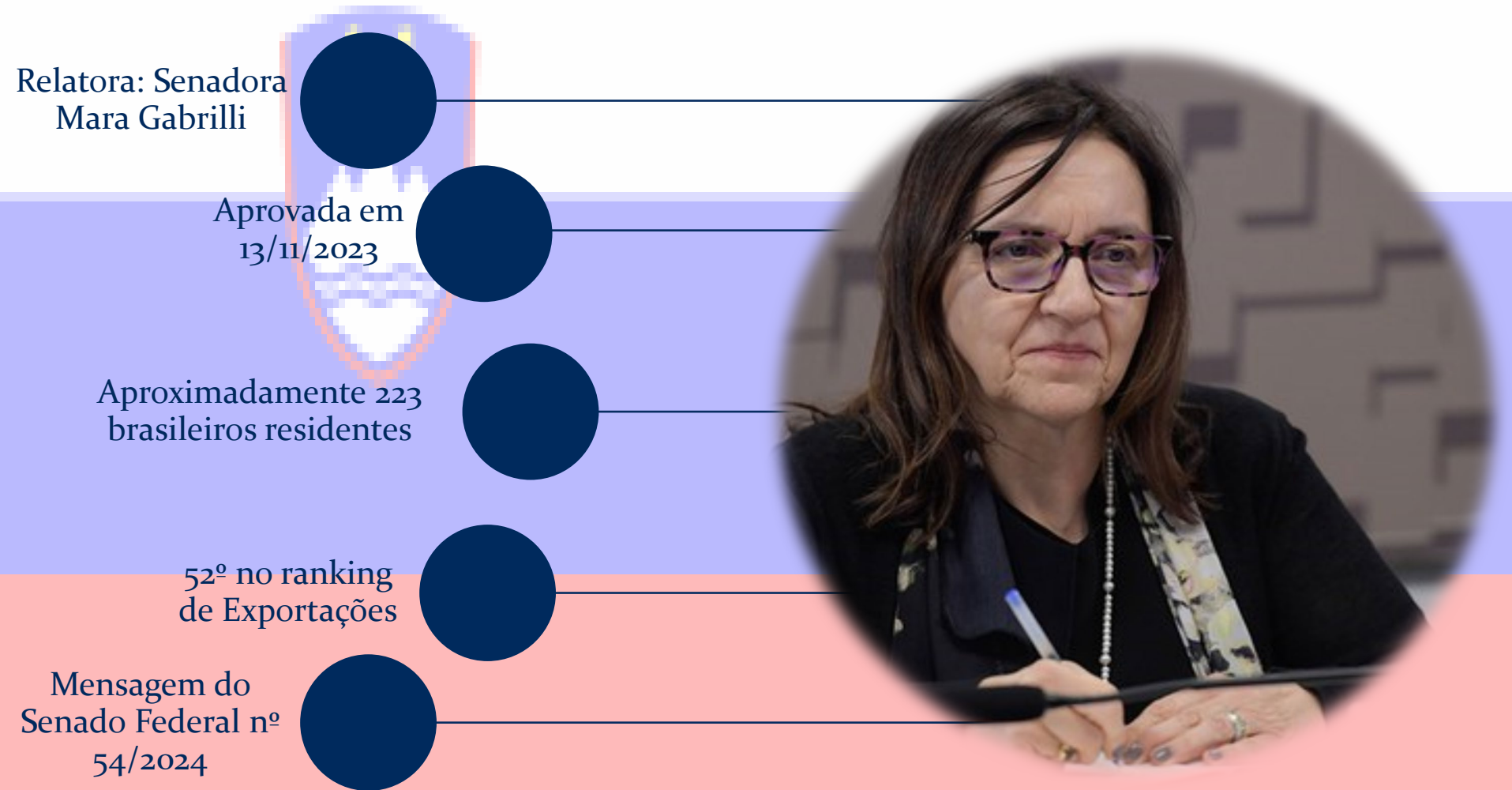
Aprovada em
13/11/2024

36º no ranking de
Importações

Aproximadamente 1.360
brasileiros residentes

Mensagem do
Senado Federal
nº 32/2024

Eslovênia



Senhora Maria Izabel Vieira

Geórgia



Senhor Carlos Ricardo
Martins Ceglia

Relator: Senador
Esperidião Amin

Aprovado em
13/11/2024

Aproximadamente 30
brasileiros residentes

76º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
52/2024

Chipre

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

Aprovado em
04/12/2024

Aproximadamente 260
brasileiros residentes

111º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
55/2024



Senhora Ana Maria de
Souza Bierrenbach



Oriente Médio

Israel



Senhor Frederico Salomão
Duque Estrada Meyer

Relator: Senador
Fernando Dueire

Aprovado em
18/05/2023

Aproximadamente
14.000 brasileiros
residentes

53º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
17/2023

Emirados Árabes Unidos

Relator: Senador
Cid Gomes

Aprovado em
22/06/2023

Aproximadamente 10.365
brasileiros residentes

14º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
30/2023



Senhor Sidney
Leon Romeiro

Barein



Senhor Adriano Silva Pucci

Relator: Senador
Humberto Costa

Aprovado em
22/06/2023

Aproximadamente 300
brasileiros residentes

49º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal
nº 36/2023

Irã

Relator: Senador
Nelsinho Trad

Aprovado em
06/07/2023

Aproximadamente 85
brasileiros residentes

28º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
43/2023



Senhor Eduardo Ricardo
Gradilone Neto

Catar



Senhor Marcelo Otávio
Dantas Loures da Costa

Relator: Senador
Hamilton Mourão

Aprovado em
17/08/2023

Aproximadamente 2.000
brasileiros residentes

65º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
54/2023

Kuwait

Relator: Senador
Fernando Dueire

Aprovado em
28/09/2023

Aproximadamente 280
brasileiros residentes

65º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
57/2023



Senhor Rodrigo
d'Araujo Gabsch

Omã



Senhor Alfredo Cesar
Martinho Leoni

Relator: Senador
Chico Rodrigues

Aprovado em
12/12/2023

Aproximadamente 300
brasileiros residentes

45º no ranking
de Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
38/2023



Oceania

Austrália, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, Fiji, Nauru e Vanuatu

Relatora: Senadora
Tereza Cristina

Aprovado em
15/06/2023

Aproximadamente 48.180
brasileiros residentes

56º no ranking de
Exportações

Mensagem do
Senado Federal nº
24/2023



Senhor Claudio Frederico
de Matos Arruda



Órgãos e Organismos Internacionais

Representante Permanente na Organização das Nações Unidas – ONU

Relator:
Senador
Esperidião
Amin

O embaixador
exercerá o cargo
junto a sede da
ONU em Nova
York, nos EUA

O embaixador pretende
exercer liderança em
temas como o meio
ambiente e as
mudanças climáticas

Aprovado em 11/05/2023

Mensagem do Senado
Federal nº 7/2023



Senhor Sérgio França
Danese

Delegado Permanente na Organização de Aviação Civil Internacional – OACI



Senhor Michel
Arslanian Neto

Relator: Senador
Astronauta
Marcos Pontes

O embaixador exercerá o cargo junto a sede da organização, em Montreal, Canadá

O embaixador pretende promover a produção e o consumo de combustíveis sustentáveis para a aviação, área de grande potencial brasileiro

Aprovado em
11/05/2023
Mensagem do Senado
Federal nº 18/2023

Representante Permanente na Organização dos Estados Americanos – OEA

Relator: Senador
Hamilton Mourão

O embaixador exercerá o cargo junto a sede da instituição hemisférica em Washinton, DC.

O embaixador pretende exercer liderança pelo exemplo, aproximando os opostos e abrindo canais de diálogo

Aprovado em
18/05/2023

Mensagem do Senado
Federal nº 22/2023



Senhor Benoni Belli

Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA e conexos

Relatora: Senadora
Professora Dorinha
Seabra

A embaixadora exercerá o cargo
junto a sede da organização, em
Viena, Áustria

A AIEA foi criada em 1957 e
atualmente tem 168 estados-
membros. É uma organização
internacional independente, porém
ligada ao sistema das Nações Unidas.

Aprovado em
22/06/2023

Mensagem do Senado
Federal nº 33/2023



Senhora Claudia
Vieira Santos

Delegado Permanente na Organização Mundial do Comércio – OMC e a outras Organizações Econômicas



Senhor Guilherme de
Aguiar Patriota

Relator: Senador
Carlos Viana

O embaixador exercerá o cargo
junto à OMC e a outras nove
organizações econômicas, em
Genebra, na Suíça

O embaixador pretende exercer
liderança pelo exemplo,
aproximando os opostos e
abrindo canais de diálogo

Aprovado em
18/05/2023

Mensagem do Senado
Federal nº 19/2023



Agência
Brasileira de
Inteligência

ABIN

Sabatina do Diretor-Geral da ABIN

Mensagem do Senado Federal nº 1/2023

Aprovado em 04 de maio de 2023

Senhor Luiz Fernando Corrêa
Diretor-Geral da Agência Brasileira
de Inteligência - ABIN

Relatoria: Senador Renan Calheiros
Unanimidade na aprovação

Fundamentação no art. 52, III, alínea
“f”, da Constituição Federal
combinado com o art. 11 da Lei 9.883



Acesse a íntegra da reunião:
[8ª Sessão Extraordinária](#)

Sabatina do Diretor-Geral da ABIN

04 de maio de 2023

Planejamento Estratégico

“Primeiro, os impactos das mudanças climáticas sobre a Segurança Alimentar e as Exportações”

“O Segundo ponto é a prevenção ao extremismo violento ideologicamente motivado”

“Outro item de relevo na nossa proposta é a segurança cibernética”



Acesse a íntegra da reunião:
[8ª Sessão Extraordinária](#)

The background features a dark blue world map composed of a grid of small dots. Overlaid on the map are several thin, white, curved lines that connect various points across the globe, creating a network-like pattern. Some of these lines have small, glowing yellow dots at their endpoints.

Aprovação de Atos Internacionais

Biênio 2023-2024

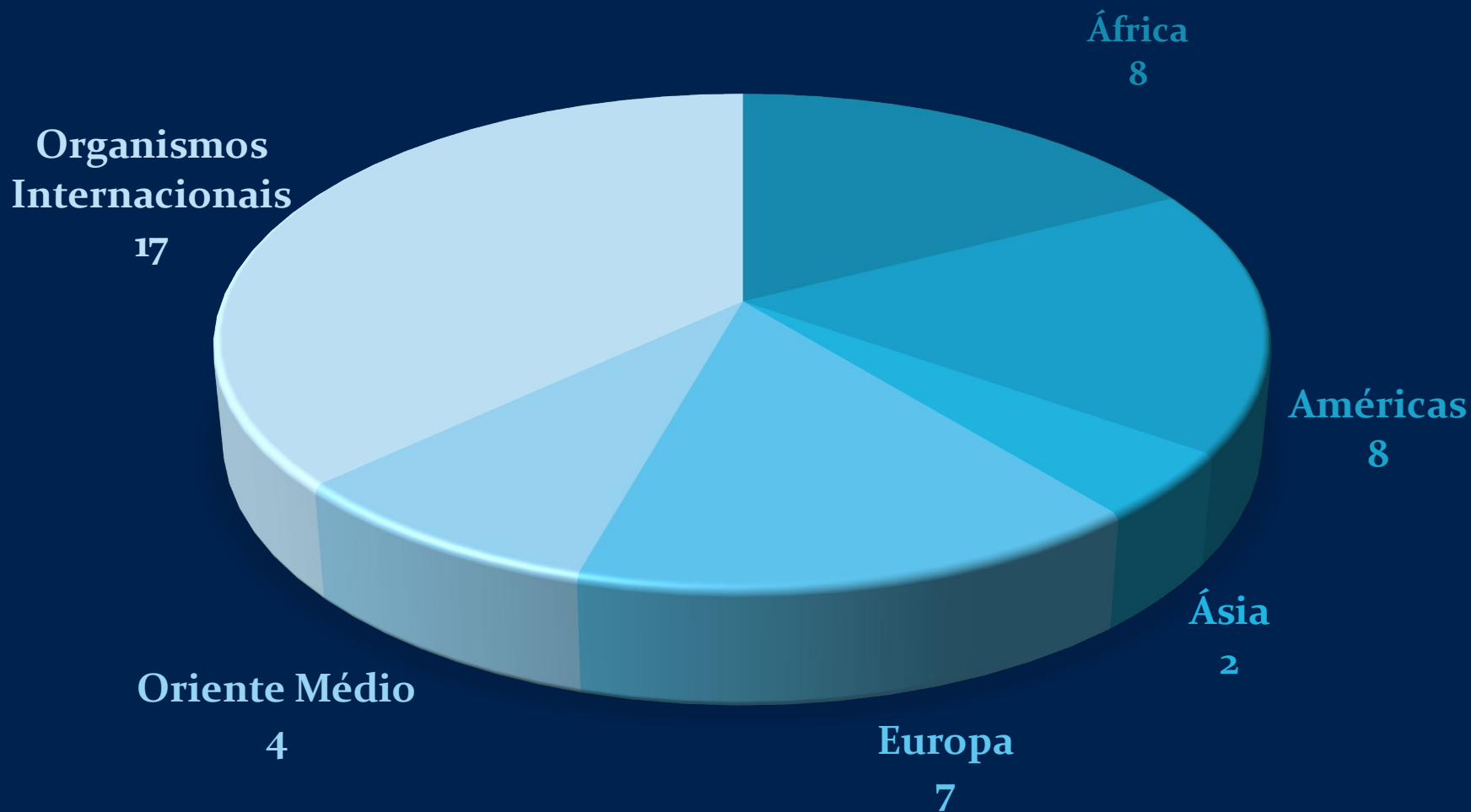
Aprovação de Atos Internacionais

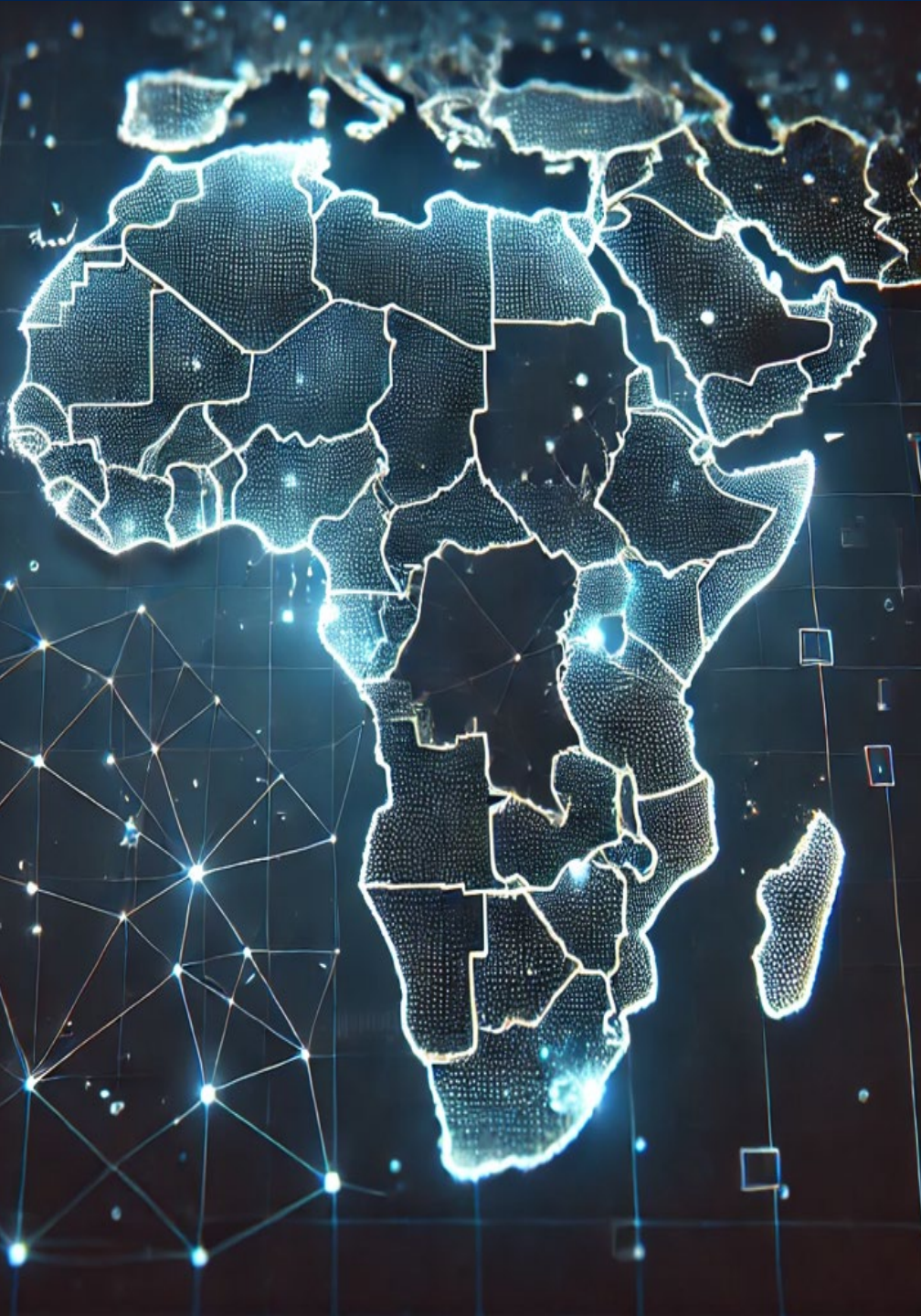
No biênio 2023-2024 foram aprovados 42 pareceres sobre Projetos de Decreto Legislativo que tratam de atos internacionais. Entretanto, três Projetos de Decreto Legislativo foram aprovados diretamente pelo Plenário.

Pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os atos internacionais são proposições:

“Oriundas de Mensagens do Poder Executivo que versem sobre acordos, tratados, convenções, pactos, convênios, protocolos e demais instrumentos de política internacional.”

Aprovação de Atos Internacionais





Continente Africano



Brasil – África do Sul

Brasil e África do Sul estabeleceram relações diplomáticas em 1948 (ano em que foi aberta legação diplomática brasileira em Pretória), sendo que, desde 1918, o Brasil já contava com consulado na Cidade do Cabo. São membros dos grupos IBAS, BRICS, BASIC, G20 financeiro e G20 comercial. Possuem intensa agenda bilateral, marcada pela elevação, em 2010, ao nível de “Parceria Estratégica”.

PDL 1.130/2021

Acordo acerca de
Coproduções Audiovisuais.

Assinado em 2018;

Aprovado em 2023;

Relatores: Mara Gabrilli (*ad hoc* Mauro Carvalho Junior);

Situação: Internalizado pelo Decreto Nº 11.863, de 26/12/2023 (DOU 27/12/2023).



Brasil - Angola

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975. A Embaixada do Brasil em Luanda foi criada por decreto em dezembro de 1975. Em 2010, as relações bilaterais foram elevadas ao patamar de parceria estratégica. No continente africano, o Brasil mantém mecanismo deste nível somente com Angola e África do Sul.

PDL 460/2022

Acordo sobre **Serviços
Aéreos.**

Assinado em 2019;
Aprovado em 2023;

Relator: Astronauta Marcos
Pontes;

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.989, de
10/04/2023 (DOU 11/04/2023).



Brasil - Malawi

Brasil e Malawi mantêm relações diplomáticas desde 1964. A cooperação bilateral mantém-se intensa e envolve diálogo e intercâmbio sobre políticas públicas em matéria de HIV/AIDS e agricultura, especialmente na cultura do algodão.

PDL 264/2022

Acordo sobre Exercício de
Atividade Remunerada por
parte de Dependentes do
Pessoal Diplomático,
Consular, Militar,
Administrativo e Técnico.

Assinado em 2017;

Aprovado em 2023;

Relatores: Randolfe Rodrigues (*ad
hoc* Humberto Costa);

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 119, de
2023. Em fase de ratificação das
partes.



Brasil - Marrocos

As relações entre Brasil e Marrocos remontam ao século XIX, com histórico de estabelecimento de imigrantes de origem marroquina na região Norte brasileira. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1906. Desde 2015, com a criação dos grupos parlamentares Brasil-Marrocos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tem-se intensificado o contato entre os Parlamentos dos dois países.

PDL 645/2021

Acordo de **Cooperação Jurídica em Matéria Civil.**

Assinado em 2013;
Aprovado em 2023;
Relatores: Fernando Dueire;
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 91, de 2023. Em ratificação da outra Parte.

PDL 1.101/2021

Acordo-Quadro sobre
Cooperação em Matéria de Defesa.

Assinado em 2019;
Aprovado em 2023;
Relatores: Esperidião Amin;
Situação: Internalizado pelo Decreto Nº 11.746, de 20/10/2023 (DOU 23/10/2023).

PDL 167/2023

Acordo de **Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos.**

Assinado em 2019;
Aprovado em 2024;
Relatora: Margareth Buzetti;
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 122, de 2024.



Brasil - Ruanda

Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas em 1981. O histórico da cooperação bilateral entre Brasil e Ruanda inclui atividades nos setores de energia (biocombustíveis) e agricultura (cana-de-açúcar). Atualmente, há programa de cooperação trilateral na área de segurança alimentar.

PDL 84/2023

Acordo sobre **Serviços
Aéreos.**

Assinado em 2019;
Aprovado em 2024;

Relator: Cid Gomes (*ad hoc*
Tereza Cristina);

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 110, de
2024.

AMERICAS



Continente Americano



Brasil – Argentina

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

PDL 927/2021

**Acordo de Sede Comitê
Intergovernamental da
Hidrovia Paraguai-Paraná.**

Assinado em 2018;
Aprovado em 2024;

Relator: Nelsinho Trad;
Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 62, de
2024. Em vigor internacional
desde 15/05/2024.



Brasil - Canadá

Brasil e Canadá são democracias com sociedades plurais, com dois dos maiores territórios no mundo (5º e 2º, respectivamente). Possuem duas das maiores economias do planeta e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de exportação. Ambos detêm expressivas reservas de água doce e são grandes produtores de alimentos e energia.

PDL 1.100/2021

Acordo sobre
Transporte Aéreo.

Assinado em 2011;
Aprovado em 2023;
Relatora: Professora
Dorinha Seabra;
Situação: Internalizado
pelo Decreto Nº 11.891 de
23/10/2023 (DOU
24/10/2023).

PDL 267/2024

Acordo-quadro sobre
Cooperação em
Matéria de Defesa.

Assinado em 2023;
Aprovado em 2024;
Relator: Hamilton Mourão
(*ad hoc* Astronauta Marcos
Pontes);
Situação: Aguarda
Promulgação.



Brasil - Equador

Brasil e Equador estabeleceram relações diplomáticas em 1844. Apesar de ser um dos dois únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não compartilha fronteira, as relações bilaterais têm sido historicamente densas.

PDL 385/2022

**Acordo de Cooperação e
Facilitação de
Investimento.**

Assinado em 2019;
Aprovado em 2024;

Relator: Chico Rodrigues;
Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 116, de
2024. Em ratificação pela
outra Parte.



Brasil - Peru

Brasil e Peru mantêm Aliança Estratégica desde 2003. O Brasil é o terceiro maior parceiro comercial do Peru.

PDL 289/2021

Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça.

Assinado em 2009;
Aprovado em 2023
Relatores: Omar Aziz (*ad hoc* Hamilton Mourão)
Situação: Internalizado pelo Decreto Nº 11.860 de 26/12/2023 (DOU 27/12/2023).

PDL 930/2021

Acordo para Facilitação do Trânsito de Veículos de uso Particular.

Assinado em 2009;
Aprovado em 2023;
Relatores: Omar Aziz (*ad hoc* Hamilton Mourão);
Situação: Internalizado pelo Decreto Nº 11.988 de 10/04/2023 (DOU 11/04/2023).



Brasil - Uruguai

O Uruguai é um dos principais parceiros do Brasil na América do Sul. A cooperação entre os dois países é abrangente, perpassando os campos político, econômico, tecnológico, cultural e social.

PDL 932/2021

Ajuste Complementar ao Acordo para **Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil.**

Assinado em 2013;
Aprovado em 2023;

Relator: Hamilton Mourão;
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 28 ,de 2023.

PDL 161/2022

Convenção para **Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.**

Assinado em 2019;
Aprovado em 2023;

Relatora: Margareth Buzetti;
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 72, de 2023.



Continente Asiático



Brasil – China

Em 15 de agosto de 2024, Brasil e China celebraram meio século de relações diplomáticas. Desde 1974, as diplomacias dos dois países construíram um relacionamento fundado no respeito, na confiança e na consecução de benefícios concretos para ambas as sociedades. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil e tem sido uma das mais importantes fontes de investimento externo no País.

A relação bilateral está estruturada na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004, no primeiro mandato do Presidente Lula, e foi alçada ao nível de parceria estratégica global em 2012.

PDL 361/2024

Protocolo Complementar sobre o Desenvolvimento Conjunto do CBERS6 ao "Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior”.

Aprovado diretamente pelo Plenário do Senado Federal, mediante requerimento de urgência, sem parecer da CRE.

Assinado em 2023;

Aprovado em 2024;

Relator: Astronauta Marcos Pontes;

Situação: Aguarda promulgação.



Brasil – Índia

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana (1947). Parceria Estratégica desde 2006. O principal mecanismo de coordenação do relacionamento bilateral é a Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural (“Comissão Mista”, em nível de ministros de Relações Exteriores).

PDL 215/2021

Acordo de Previdência Social.

Assinado em 2020;

Aprovado em 2023;

Relatores: Mara Gabrilli (*ad hoc* Humberto Costa);

Situação: Internalizado pelo Decreto Nº 11.916, de 14/02/2024 (DOU 15/02/2024).



Atos Internacionais Brasil - Mongólia

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 1987. Em 2007, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas. Contam com acordos em áreas como a educacional, consular, esportiva, agricultura e entre academias diplomáticas.

PDL 466/2019

**Acordo de Cooperação
Educativa.**

Assinado em 2019;

Aprovado em 2024;

Relator: Hamilton Mourão;

Situação: Aguarda aprovação em
Plenário.



Brasil – Paquistão

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Paquistão foram estabelecidas em 1948. A cooperação técnica é uma das principais vertentes das relações bilaterais. Um Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países foi firmado em agosto de 2018. A área da defesa é também relevante campo de cooperação.

PDL 777/2021

Acordo de Cooperação Técnica.

Assinado em 2018;

Aprovado em 2023;

Relatores: Cid Gomes (*ad hoc*
Mauro Carvalho Júnior);

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.892, de 23/01/2024
(DOU 24/01/2024).



Continente Europeu



Brasil – Bulgária

As relações diplomáticas com a Bulgária foram estabelecidas por decreto de 12 de julho de 1934. O excelente nível do diálogo político resultou na conclusão de acordos de cooperação com a Bulgária em diversas áreas, como educação, diplomacia, economia, esporte, comércio e cultura, entre outros. Nos últimos anos, foi igualmente possível avançar em negociações de acordos na área jurídica.

PDL 1.117/2021

Acordo de Previdência Social.

Assinado em 2016;

Aprovado em 2024;

Relator: Daniella Ribeiro (*ad hoc* Tereza Cristina);

Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 109, de 2024. Entrada em vigor internacional em 09/01/2025.



Brasil – Hungria

As relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram estabelecidas em 1927 – e, no período recente, têm adquirido nova dinâmica, com expansão do intercâmbio comercial e intensificação de visitas de alto nível. Em 2011, o Governo húngaro lançou documento de planejamento estratégico, que incluiu o Brasil entre suas prioridades de política externa. Em 2017, os dois países celebraram **90 anos de relações diplomáticas**.

PDL 219/2021

Tratado de Extradicação.

Assinado em 2019;

Aprovado em 2023;

Relator: Esperidião Amin;

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 77, de
2023. Em ratificação.



Brasil – Lituânia

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Lituânia durante seu período de independência, nas décadas de 1920 e 1930. Quando a Lituânia declarou independência da União Soviética (1991), o Brasil a reconheceu e as relações diplomáticas foram restabelecidas. Em São Paulo, está a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, depois de Buenos Aires.

PDL 743/2021

Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas.

Assinado em 2018;

Aprovado em 2023;

Relator: Carlos Viana;

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.741, de 20/10/2023
(DOU 23/10/2023).



Brasil – Noruega

Brasil e Noruega mantêm parcerias nas áreas de energia, ciência, tecnologia, educação e meio ambiente. Uma série de acordos em vigor estabelece iniciativas bilaterais em temas como pesquisa e desenvolvimento no setor de petróleo e gás; aquicultura e recursos pesqueiros; cooperação econômica; tributação; cooperação entre administrações aduaneiras; e mobilidade acadêmica

PDL 260/2024

Eliminação da Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e Protocolo.

Aprovado diretamente pelo Plenário do Senado Federal, mediante requerimento de urgência, sem parecer da CRE.

Assinado em 2022;

Aprovado em 2024;

Relator: Renan Calheiros;

Situação: Aguarda promulgação.



Brasil – Portugal

As relações entre Brasil e Portugal vão muito além da dimensão histórica. Há interesse mútuo em valer-se do capital político bilateral para aprofundar os fluxos de comércio e de investimentos e para criar novas parcerias nos campos científico, tecnológico, cultural e educacional.

PDL 83/2023

Acordo sobre **Serviços
Aéreos.**

Aprovado diretamente pelo
Plenário do Senado Federal,
mediante requerimento de
urgência, sem parecer da CRE.

Assinado em 2021;

Aprovado em 2023;

Relator: Renan Calheiros;

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.744, de 20/10/2023
(DOU 23/10/2023).



Brasil – Romênia

Brasil e Romênia estabeleceram relações diplomáticas em 1928, e, no mesmo ano, a Romênia inaugurou legação no Rio de Janeiro – sua primeira na América Latina. O Brasil retribuiu o gesto em 1929. Os dois países mantêm mecanismo regular de consultas políticas, cuja última edição foi realizada em Brasília em 2017. As edições anteriores ocorreram em 2012 (Brasília) e em 2013 (Bucareste).

PDL 776/2021

Tratado sobre **Auxílio
Jurídico Mútuo em Matéria
Penal.**

Assinado em 2017;

Aprovado em 2023;

Relatores: Hamilton Mourão;

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.665, de 24/8/2023
(DOU 25/08/2023).



Brasil – República Tcheca

O Brasil mantém relações ininterruptas com a República Tcheca desde a criação do Estado tchecoslovaco, em 1918. Em 2020, registra-se o centenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Em 2018, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 557,3 milhões, sendo US\$ 83,3 milhões de exportações brasileiras e US\$474 milhões de importações. A pauta exportadora brasileira se concentra em produtos semimanufaturados de ferro ou aço (33%) e motores (27%).

PDL 215/2022

Acordo sobre a **Previdência Social**.

Assinado em 2020;

Aprovado em 2024;

Relator: Hamilton Mourão;

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 91, de
2024. Em ratificação.



Brasil – San Marino

As relações diplomáticas entre Brasil e San Marino foram estabelecidas em 1984. A Embaixada do Brasil em Roma (Itália) é cumulativamente responsável por representar o país junto a San Marino. A **cooperação educacional** entre Brasil e San Marino é parte importante da pauta bilateral.

PDL 1.131/2021

**Acordo para o Intercâmbio
de Informações sobre
Matéria Tributária.**

Assinado em 2016;

Aprovado em 2023;

Relatores: Fabiano Contarato (*ad
hoc* Humberto Costa);

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.862 de 26/12/2023
(DOU 27/12/2023).



Oriente Médio



Brasil – Catar

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Catar foram estabelecidas em 1974, três anos após a independência do País. O potencial de evolução das relações bilaterais tem se mostrado no campo econômico. O intercâmbio comercial bilateral evoluiu sensivelmente desde 2000, passando de US\$ 27 milhões para US\$ 1,6 bilhão, em 2022.

PDL 464/2022

**Acordo de Cooperação
Econômica e Comercial.**

Assinado em 2010;

Aprovado em 2024;

Relator: Esperidião Amin;

Situação: Promulgado Decreto
Legislativo Nº 111, de 2024. Em
ratificação.



Brasil – Emirados Árabes Unidos

As relações diplomáticas entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos (EAU) foram estabelecidas formalmente em 1974, e a embaixada do Brasil em Abu Dhabi foi instalada em 1978. A partir de 2008, os EAU transformaram-se no segundo parceiro comercial médio-oriental do Brasil.

PDL 203/2021

Acordo de **Cooperação**
e **Facilitação** de
Investimentos.

Assinado em 2019;

Aprovado em 2023;

Relator: Esperidião Amin;

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.696, de 11/09/2023
(DOU 12/09/2023).

PDL 331/2021

Acordo sobre
Cooperação e
Assistência Mútua em
Matéria Aduaneira.

Assinado em 2019;

Aprovado em 2023;

Relatores: Esperidião Amin;

Situação: Promulgado Decreto
Legislativo Nº 30, de 2023. Em
ratificação das outras Partes.



Brasil – Arábia Saudita

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Arábia Saudita foram estabelecidas formalmente em 1968. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e norte da África, sendo o maior fornecedor de petróleo ao Brasil, com 33% do total importado.

PDL 463/2022

Acordo de Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países.

Assinado em 2019;

Aprovado em 2024;

Relator: Esperidião Amin;

Situação: Aguarda promulgação



Órgãos e Organismos Internacionais



Atos Internacionais de Interesse do Mercosul

- O Mercosul é um processo aberto e dinâmico, cujo objetivo principal é propiciar um espaço comum que gere oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional.
- O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração regional conformado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e, recentemente, incorporaram-se a Bolívia e a Venezuela (atualmente suspensa).

PDL 928/2021

Protocolo de
Contratações Públicas
do Mercosul, aprovado
pela CMC nº 37/17.

Assinado 2017;

Aprovado em 2023;

Relatora: Professora Dorinha
Seabra (*ad hoc* Mauro Carvalho
Junior);

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 79, de
2023. Em ratificação.

PDL 933/2021

Emenda ao Protocolo de
Assistência Jurídica
Mútua em Assuntos
Penais.

Assinada em 2018;

Aprovado em 2023;

Relatores: Nelsinho Trad (*ad
hoc* Mauro Carvalho Junior);

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 93, de
2023. Em ratificação.

PDL 934/2021

Acordo-Quadro sobre
Cooperação em Matéria
de Segurança Regional
entre os Estados Partes
do Mercosul e Bolívia,
Chile, Equador, Peru e
Venezuela.

Assinado em 2006;

Aprovado em 2023;

Relator: Chico Rodrigues;

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 95, de
2023. Em ratificação.

PDL 160/2022

Protocolo sobre Transferência de pessoas sujeitas a regimes especiais, entre os Estados Partes do Mercosul e Bolívia e Chile.

Assinado em 2005;
Aprovado em 2023;
Relator: Carlos Viana;
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 58, de 2023.

PDL 164/2022

Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul.

Assinado em 2019;
Aprovado em 2023;
Relatores: Cid Gomes (*ad hoc* Nelsinho Trad);
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 98, de 2023. Em ratificação das outras partes.

PDL 168/2022

Acordo sobre Mecanismo de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados.

Assinado em 2019;
Aprovado em 2023;
Relatores: Carlos Viana;
Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 73, de 2023.

PDL 169/2022

Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE-72) entre Estados Partes do Mercosul e Colômbia.

Assinado em 2018;

Aprovado em 2023;

Relatores: Professora Dorinha Seabra (*ad hoc* Mauro Carvalho Junior);

Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 75, de 2023.

PDL 380/2023

Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul.

Assinado em 2015;

Aprovado em 2023;

Relator: Chico Rodrigues;

Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 141, de 2023.

PDL 1.128/2021

Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Assinado em 2018;

Aprovado em 2023;

Relator: Esperidião Amin;

Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 74, de 2023.

PDL 929/2021

Acordo de
Reconhecimento
Mútuo de Certificados
de Assinatura Digital
do Mercosul.

Assinado em 2019;
Aprovado em 2024;

Relator: Humberto Costa
(*ad hoc* Hamilton Mourão);
Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 24,
de 2024. Entrada em vigor
internacional em
10/11/2024.

PDL 165/2022

Acordo de Proteção
Mútua das Indicações
Geográficas
Originárias nos
Territórios dos Estados
Partes do Mercosul.

Assinado em 2019;
Aprovado em 2023;

Relatores: Mara Gabrilli (*ad
hoc* Nelsinho Trad);
Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo Nº 118,
de 2023. Em ratificação
pelas Partes.

Conselho Europeu para a Investigação Nuclear CERN



- Em Dezembro de 1951, na cidade de Paris, França, foi adotada a primeira resolução relativa à criação de um Conselho Europeu para a Investigação Nuclear (em francês *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*) e assim nasceu a sigla CERN.
- Hoje, a nossa compreensão da matéria é muito mais profunda do que o núcleo, e a principal área de investigação do CERN é a física de partículas. Por causa disso, o laboratório operado pelo CERN é frequentemente referido como Laboratório Europeu de Física de Partículas.

PDL 168/2023

Protocolo sobre
Privilégios e
Imunidades da
Organização Europeia
para a Pesquisa
Nuclear (CERN).

Assinado em 2004;
Aprovado em 2023;

Relator: Astronauta Marcos
Pontes;

Situação: Internalizado
pelo Decreto Nº 11.942; de
11/03/2023 (DOU
12/03/2023).

PDL 169/2023

Acordo com **Relação à
Concessão do Status de
Membro Associado**. O
Brasil passa a ser o
décimo primeiro
membro associado do
CERN.

Assinado em 2022;
Aprovado em 2023;

Relator: Astronauta Marcos
Pontes;

Situação: Internalizado pelo
Decreto Nº 11.943 de
11/03/2023 (DOU
12/03/2023).

Organização Mundial de Turismo - OMT

- É a agência especializada das Nações Unidas responsável pela promoção de um turismo responsável, sustentável e acessível a todos. A OMT atua como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo.



- A organização incentiva a implementação do Código Mundial de Ética do Turismo para garantir que os países membros, destinos turísticos e empresas do setor maximizem os efeitos econômicos, sociais e culturais positivos dessa atividade, minimizando ao máximo os impactos negativos sobre a sociedade e o meio ambiente.

PDL 266/2024

Acordo sobre a Criação de um Escritório Regional da OMT.

Aprovado diretamente pelo Plenário do Senado Federal, mediante requerimento de urgência, sem parecer da CRE.

Assinado em 2023;
Aprovado em 2024;

Relatora: Professora Dorinha Seabra;

Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 107, de 2024. Em vigor internacional desde 07/08/2024.

PDL 307/2024

Protocolo referente à Contribuição Financeira Anual do Brasil à OMT para o Escritório Regional para as Américas.

Aprovado diretamente pelo Plenário do Senado Federal, mediante requerimento de urgência, sem parecer da CRE.

Assinado em 2024;
Aprovado em 2024;

Relatora: Professora Dorinha Seabra;

Situação: Promulgado pelo Decreto Legislativo Nº 108, de 2024. Em vigor internacional desde 07/08/2024.

Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação



- A OMI foi criada em 1948, como um organismo especializado na estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) com os seguintes propósitos:
 - Promover mecanismos de cooperação;
 - Segurança marítima e a prevenção da poluição;
 - Remoção dos óbices ao tráfego marítimo.

PDL 278/2023

Convenção sobre a **Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação.**

Assinado em 2021;

Aprovado em 2024;

Relator: Chico Rodrigues (*ad hoc*
Hamilton Mourão);

Situação: Promulgado pelo
Decreto Legislativo nº 23, de 2024.
Em vigor internacional desde
10/11/2024.

Corte Permanente de Arbitragem

- A Corte Permanente de Arbitragem (CPA) é uma organização internacional intergovernamental, atualmente composta por 122 países membros, fundada em Haia em 1899, cuja missão é facilitar a arbitragem e outras formas de solução de controvérsias entre Estados. A instituição apresenta-se, hoje, com natureza híbrida, entre direito internacional público e privado.



- Ela atua arbitrando tanto disputas interestatais quanto investidor-estado, atuando através de painel de árbitros independentes, indicados por seus membros.

PDL 386/2022

**Acordo Sede com a Corte
Permanente de Arbitragem.**

Assinado em 2017;

Aprovado 2024;

Relatores: Humberto Costa (*ad
hoc* Tereza Cristina);

Situação: Aguarda promulgação.



A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é a agência das Nações Unidas que atende os inovadores e criadores do mundo, garantindo que suas ideias cheguem com segurança ao mercado e melhorem vidas em todos os lugares.

Fazemos isso fornecendo serviços que permitem que criadores, inovadores e empreendedores protejam e promovam sua propriedade intelectual (PI) além das fronteiras e atuando como um fórum para abordar questões de PI de ponta. Nossos dados e informações de PI orientam tomadores de decisão no mundo todo. E nossos projetos orientados a impacto e assistência técnica garantem que a PI beneficie a todos, em todos os lugares.

O elo entre a OMC e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) está profundamente enraizado no sistema de comércio multilateral. Durante a Rodada Uruguai, os negociadores buscaram conectar as duas instituições. O Preâmbulo do Acordo TRIPS encapsula essa conexão ao convocar as duas organizações a estabelecer um relacionamento de apoio mútuo. Além disso, o Acordo TRIPS exige legalmente que os Membros cumpram certas regras de convenções-chave administradas pela OMPI

PDL 271/2024

Renova entre a Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e a OMPI, o Acordo de Sede entre o Brasil e a OMPI, com criação de um Escritório de Coordenação dessa Organização no Brasil

Aprovado diretamente pelo Plenário do Senado Federal, mediante requerimento de urgência, sem parecer da CRE.

Assinado em 2009;

Aprovado em 2024;

Relator: Humberto Costa;

Situação: Aguarda promulgação.



Projetos de Lei

Biênio 2023-2024

PL nº 6294/2019

- Não terminativo;
- Aprovado na 4ª Reunião Ordinária (18/04/2024);
- Foi à Comissão de Educação e Cultura (CE), depois ao Plenário;
- Resumo: Altera a Lei nº 11.788/2008, para equiparar intercâmbio internacional a estágio;
- Autoria: Deputado Carlos Gaguim (DEM/TO);
- Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO);
- Situação: Tornou-se a Lei nº 14.913, de 03/07/2024.

PL nº 2425/2020

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa;
- Aprovado na 1ª Reunião Ordinária (29/02/2024);
- Resumo: Dispõe sobre a igualdade na prestação da Assistência Social aos migrantes, assegurando acesso ao atendimento, sem discriminação por nacionalidade e condição migratória, garantindo a regularização documental necessária para receber os benefícios de assistência social de forma ágil (Fonte: Agência Senado);
- Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP);
- Relatoria: Senador Humberto Costa (PT/PE);
- Situação: Matéria com a relatoria na CAS.

PL nº 233/2022

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), depois, irá à CAE, CTFC (terminativa);
- Aprovado na 14ª Reunião Ordinária (27/11/2024), com as Emendas nº's 1 e 15-CRE;
- Resumo: Dispõe sobre a coleta e compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País;
- Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE);
- Relatoria: Senador Humberto Costa (PT/PE);
- Situação: Aguardando designação de relator CCT.

PL nº 1006/2022

- Não terminativo;
- Foi ao Plenário;
- Aprovado na 8ª Reunião Ordinária (03/07/2024), com as Emendas nº's 1 e 2-CRE (de Redação);
- Resumo: Regula as atividades espaciais no Brasil. Além de tratar dos veículos lançadores, normatiza o transporte de pessoal e de material ao espaço; o desenvolvimento de satélites, foguetes, naves, estações e seus componentes e equipamentos; a exploração de corpos celestes como a Lua, meteoros, cometas, asteroides ou outros planetas; o turismo espacial; e a remoção de detritos (Fonte: Agência Senado);
- Autoria: Deputado Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO/MA);
- Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP);
- Situação: Tornou-se a Lei nº 14.946, de 31/07/2024. Lei Geral das Atividades Espaciais.

PL nº 2209/2022

(5625/2016 na Câmara dos Deputados)

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Educação e Cultura (CE), depois, ao Plenário;
- Aprovado na 12ª Reunião Ordinária (25/05/2023);
- Resumo: Acrescenta a Estratégia 8.7 à Meta 8 do **Plano Nacional de Educação**, para permitir a realização permanente do exame que valida no Brasil os ensinos fundamental e médio cursados por brasileiros no exterior, promovendo seus direitos educacionais;
- Autoria: Deputada Professora Dorinha Seabra (DEM/TO);
- Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB);
- Situação: Tornou-se a Lei nº 14.627, de 19/07/2023.

PL nº 2210/2022

(10920/2018 na Câmara dos Deputados)

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT);
- Aprovado na 12ª Reunião Ordinária (25/05/2023), com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo);
- Resumo: Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incorporar o pedido provisório de patente, suprimir exigência contrária a dispositivo de acordo internacional e modificar procedimentos de depósito e de exame de patentes;
- Autoria: Deputado Federal Julio Lopes (PP/RJ);
- Relatoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA);
- Situação: Matéria com a relatoria na CCT.

PL nº 2251/2022

(4256/2016 na Câmara dos Deputados)

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), depois, ao Plenário;
- Aprovado na 18ª Reunião Ordinária (14/09/2023);
- Resumo: Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da **Embaixada da República de Cabo Verde**. As relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde foram estabelecidas em 1975, ano da independência daquele país, e se desenvolvem em várias frentes, tendo como pilar central a cooperação bilateral;
- Autoria: Poder Executivo;
- Relatoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE);
- Situação: Aguardando sanção.

PL nº 4715/2023

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa;
- Aprovado na 1ª Reunião Ordinária (29/02/2024), com a Emenda nº 1-CRE;
- Resumo: Abre a possibilidade de voos domésticos serem operados por empresas estrangeiras em todo o território nacional, desde que com autorização do Poder Executivo. Fonte: Agência Senado;
- Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC);
- Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (AP);
- Situação: Remetida à Câmara dos Deputados.

PL nº 4989/2023

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa;
- Aprovado na 1ª Reunião Ordinária (29/02/2024), com as Emendas nº's 1 e 2 (Redação)-CRE;
- Resumo: Altera a Lei nº 10.184/2001, para priorizar o financiamento da indústria verde no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex);
- Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL);
- Relatoria: Senador Humberto Costa (PT/PE);
- Situação: Pronta para a pauta da CAE.

PL nº 6139/2023

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa;
- Aprovado na 14ª Reunião Ordinária (27/11/2024), com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo);
- Resumo: Altera a Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação;
- Autoria: Senador Messias de Jesus (REPUBLICANOS/RR);
- Relatoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC);
- Situação: Matéria com a relatoria na CAE.

PL nº 2347/2024

- Não terminativo;
- Foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa;
- Aprovado na 14ª Reunião Ordinária (27/11/2024), com as emendas Emendas nºs 1 a 6-CRE (de Redação);
- Resumo: Dispõe sobre a criação de um **Protocolo Nacional para Abrigos Emergenciais de refugiados**, incluindo refugiados domésticos;
- Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE);
- Relatoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE);
- Situação: Aguardando distribuição na CCJ.

PL nº 3819/2024

- Não terminativo;
- Aprovado na 16ª Reunião Ordinária (10/12/2024), com uma emenda de redação à ementa. Aprovado requerimento de urgência;
- Resumo: Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil);
- Autoria: Presidência da República;
- Relatoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC);
- Situação: Aguardando sanção.

Requerimentos de Informações

Biênio 2023-2024



Requerimentos de Informações

Arts. 216 e 217, Regimento Interno do Senado Federal

2/2023-CRE

Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa e Diretor-Geral Abin: suposto uso, durante o governo Jair Bolsonaro, de programa secreto para monitorar ilegalmente a localização de pessoas por meio do aparelho celular.

Situação: Com o relator na Comissão Diretora (CDIR)

Autoria: Senador
Randolfe Rodrigues

26/2023-CRE

Ministro de Estado das Relações Exteriores: Carta Adicional que a União Europeia encaminhou ao Mercosul para punir os países que não cumprirem metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Situação: Informações prestadas em 20/05/2024

Autoria: Senador
Esperidião Amin

28/2023-CRE

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública: implementação das atividades a ela atribuídas no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Situação: Informações prestadas em 20/05/2024

Autoria: Senadora Mara
Gabrilli

Requerimentos de Informações

Arts. 216 e 217, Regimento Interno do Senado Federal

29/2023-CRE

Ministro de Estado da Defesa: implementação das atividades a ela atribuídas no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Situação: Informações prestadas em 17/05/2024

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

30/2023-CRE

Ministro de Estado das Relações Exteriores: implementação das atividades a ela atribuídas no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Situação: Informações prestadas em 20/05/2024

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

36/2023-CRE

Ministro de Estado de Estado das Relações Exteriores: conflitos entre Venezuela e Guiana.

Situação: Informações prestadas em 20/05/2024

Autoria: Senadores Esperidião Amin e Dr. Hiran



Frentes e Grupos Parlamentares

Criados por Resolução



Frentes e Grupos Parlamentares

- Frentes Parlamentares se formam sobre determinado tema de interesse da sociedade.
- Grupos Parlamentares visam fortalecer as relações entre o Congresso brasileiro e os parlamentos de outros países.
- Ambos são criados por Resolução.

PRS nº 30/2020

Grupo Parlamentar
Brasil-OCDE de
Segurança e Combate à
Corrupção e à Lavagem
de Dinheiro

Situação: Aguarda a
decisão da Comissão
Diretora (CDIR)

Autoria: Senador
Marcos do Val
(PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador
Flávio Arns (PSB/PR)
(*ad hoc* Senador
Astronauta Marcos
Pontes (PL/SP))

PRS nº 11/2023

Frente Parlamentar de
Relacionamento com os
BRICS

Situação: Instalada em
30/05/2023. Presidente
Senador Irajá e Vice
Senador Weverton.
Regulamento Interno
aprovado 30/05/2023

Autoria: Senador Irajá
(PSD/TO)

Relatoria: pelo Senador
Cid Gomes (*ad hoc*
Senador Hamilton
Mourão
(REPUBLICANOS/RS))

PRS nº 21/2023

Grupo Parlamentar
Brasil-Ucrânia

Situação: Instalado em
30/05/2023. Presidente
Senador Flávio Arns e
Vice Senador Oriovisto
Guimarães.
Regulamento Interno
aprovado em 18/10/2023

Autoria: Senador Flávio
Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora
Professora Dorinha
Seabra (UNIÃO/TO)

PRS nº 57/2023

Grupo Parlamentar
**Brasil-União
Europeia.**

Situação: Aguarda
emendas perante a Mesa

Autoria: Senador
Astronauta Marcos
Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora
Tereza Cristina (PP/MS)
(*ad hoc* Senador
Esperidião Amin
(PP/SC))

PRS nº 65/2023

Grupo Parlamentar
Brasil-Libano.

Situação: Instalada em
09/05/2024, eleita a
Comissão Executiva,
Nelsinho Trad como
Presidente e Esperidião
Amin como Vice -
presidente

Autoria: Senador
Nelsinho Trad
(PSD/MS)

Relatoria: Senador
Esperidião Amin
(PP/SC)

PRS nº 82/2023

Grupo Parlamentar
Brasil-Costa Rica

Situação: Aguarda a
decisão da Comissão
Diretora (CDIR).

Autoria: Senador Chico
Rodrigues (PSB/RR)

Relatoria: Senador
Flávio Arns (PSB/PR)
(*ad hoc* Senador
Fernando Dueire
(MDB/PE))

PRS nº 20/2022

Grupo Parlamentar
Brasil-Síria

Situação: Aguarda
instalação

Autoria: Senador
Esperidião Amin
(PP/SC)

Relatoria: Senador
Nelsinho Trad
(PSD/MS)

PRS nº 41/2023

Grupo Parlamentar
Brasil-Ecuador

Situação: Aguarda a
decisão da Comissão
Diretora (CDIR)

Autoria: Senadora Soraya
Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senador Chico
Rodrigues (PSB/RR)

PRS nº 56/2023

Frente Parlamentar pelo
**Desenvolvimento da
Indústria
Aeroespacial
Brasileira**

Situação: Aguarda
decisão da Comissão
Diretora (CDIR)

Autoria: Senador
Astronauta Marcos
Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador
Magno Malta (PL/ES)
(*ad hoc* Esperidião Amin
(PP/SC))

PRS nº 72/2023

Grupo Parlamentar
Brasil-Japão

Situação: Instalada em
11/06/2024. Presidente
Esperidião Amin como
Presidente e Vice
Damares Alves

Autoria: Senadora
Damares Alves
(REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador
Esperidião Amin
(PP/SC)

PRS nº 5/2024

Grupo Parlamentar
Brasil-Chipre

Situação: Aguarda
emendas perante a Mesa

Autoria: Senador Jorge
Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora
Tereza Cristina (PP/MS)

PRS nº 8/2024

Grupo Parlamentar
**Brasil-República
Tcheca**

Situação: Aguarda
decisão da Comissão
Diretora (CDIR)

Autoria: Senadora
Soraya Thronicke
(PODEMOS/MS)

Relatoria: Senadora
Margareth Buzetti
(PSD/MT)

PRS nº 24/2024

Grupo Parlamentar Brasil-
Costa do Marfim

Situação: Aguarda decisão
da Comissão Diretora
(CDIR)

Autoria: Senador Veneziano
Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador
Hamilton Mourão
(REPUBLICANOS/RS)



Audiências Públicas

2023



Foram realizadas 4 Audiências Públicas baseadas no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal durante o biênio 2023-2024

Art. 93. A Audiência Pública será realizada pela comissão para:

- I- Instruir matéria sob sua apreciação;*
- II- Tratar de assunto de interesse público relevante.*

Foram realizadas 3 Audiências Públicas baseadas no art. 103, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal durante o biênio 2023-2024

Art. 103. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

(...)

- II- Comércio exterior*

Reunião Regimental com o Ministro da Defesa

4 de maio de 2023

- Requerimento nº 3/2023-CRE de autoria do Senador Renan Calheiros (MDB/AL).
- Finalidade: ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro da Defesa, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art 103, § 2º, do RISF.
- A Audiência Pública teve duração de 3 horas e 43 minutos.

Ministro da Defesa Comandantes das Forças Armadas

4 de maio de 2023

Convidados

- **Ministro de Estado da Defesa,** Senhor José Mucio Monteiro Filho;
- **Comandante da Marinha do Brasil,** Senhor Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen;
- **Comandante do Exército Brasileiro,** Senhor General de Exército Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva;
- **Comandante da Força Aérea Brasileira,** Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno.

Ministro da Defesa

4 de maio de 2023

“Vou contar uma historinha [...]. Tenório Cavalcante criou um grande problema lá em Caxias e Juscelino, para constrangê-lo, chamou-o aqui ao palácio. Foi recebê-lo no salão principal diante dos jornalistas e, para constrangê-lo, disse: ‘Tenório, você está armado?’ Ele disse: ‘Estou, Presidente, de simpatias por V. Exa.’”

Senhor José Mucio,
Ministro de Estado da Defesa



Acesse a íntegra da reunião:
[7ª Sessão Extraordinária](#)

Comandantes

04 de maio de 2023

“A missão da Força Naval não é um capricho da Força ou discutido intra muros; decorre de uma imposição de documentos públicos de alto nível, discutidos amplamente, inclusive no âmbito desta Casa; decorre, portanto, como atribuição constitucional da Marinha, a defesa da pátria, atribuições subsidiárias previstas em lei e, naquilo que concerne aos programas estratégicos, o desenvolvimento nacional.”

Senhor Marcos Sampaio Olsen

Comandante da Marinha do Brasil

Comandantes

4 de maio de 2023

“[...] uma comparação com os Brics [...] a gente fica num estágio bem abaixo de Rússia, China e Índia, e um pouco acima de África do Sul, e uma comparação com alguns países do nosso entorno estratégico, Chile, Colômbia e Venezuela. Venezuela, o que preocupa um pouco: tem uma diferença grande de artilharia antiaérea, lembrando que a artilharia antiaérea da Ucrânia, que a gente minimizou, impediu que houvesse supremacia aérea russa.”

Senhor Tomás Ribeiro Paiva,
Comandante do Exército Brasileiro



Acesse a íntegra da reunião:
[7ª Sessão Extraordinária](#)



Comandantes

04 de maio de 2023

“Essa nossa visão de futuro, para passar agora um pouco, para entrar um pouco naquilo que mais nos toca como uma arma de guerra, como uma força de guerra: é que, dentro duma visão de futuro, nós sejamos uma Força com grande efeito dissuasório, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses do nosso país.”

Senhor Marcelo Kanitz Damasceno
Comandante da Força Aérea Brasileira

Acesse a íntegra da reunião:
[7ª Sessão Extraordinária](#)

BRASKEM

8 de maio de 2023

- Requerimento nº 17/2023-CRE de autoria do Senador Renan Calheiros (MDB/AL).
- Finalidade: Debater as iminentes alterações acionárias da Empresa Braskem S.A., empresa global no setor de petroquímica, causadora da maior tragédia socioeconômica-ambiental urbana do mundo, em março de 2018, na cidade de Maceió, Alagoas.
- A Audiência Pública teve duração de 4 horas e 4 minutos.

BRASKEM

8 de maio de 2023

Convidados

- **Governador do Estado de Alagoas,** Senhor Paulo Dantas;
- **Deputado Federal do Estado de Alagoas,** Deputado Rafael Brito;
- **Coordenador do Núcleo de Proteção Coletiva da Defensoria Pública de Alagoas,** Senhor Ricardo Antunes Melro;
- **Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas - AMA,** Senhor Hugo Wanderley Caju;

Convidados

- **Professor Mestre em Geotecnia e Autor,** Senhor Abel Galindo Marques;
- **Arquiteta e Urbanista,** Senhora Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti;
- **Professor, Economista e Autor,** Senhor José Elias Fragoso Pereira;
- **Sociólogo, Professor e Autor,** Senhor Edson José de Gouveia Bezerra;
- **Socióloga e Professora,** Senhora Camila Dellagnese Prates;

BRASKEM

8 de maio de 2023

Convidados

- **Lider Comunitário e Representante dos moradores de bairros atingidos**, Senhor Antônio Domingos dos Santos;
- **Deputado Estadual do Estado de Alagoas**, Deputado Alexandre Ayres;
- **Representante da Associação de Empreendedores**, Senhor Alexandre de Moraes Sampaio;
- **Representante do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem - MUVB**, Senhor Maurício Sarmiento da Silva;
- **Secretária Nacional de Aquicultura**, Senhora Tereza Nelma;
- **Representante do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem - MUVB**, Senhor Cássio de Araújo Silva;
- **Advogado das vítimas da Braskem**, Senhor Silvio Omena de Arruda.



BRASKEM

08 de maio de 2023

“[...] o Caso Braskem, que também precisava e precisa - e este é o objetivo maior desta audiência pública - ser nacionalizado e não ficar minimizado ou restrito como um problema localizado de Alagoas. Trata-se de uma tragédia humana de enormes proporções, cuja solução se arrasta ao longo dos últimos anos.[...]”

Tragédia pressupõe uma coisa inesperada, não é? Desde a instalação da Salgema, que era o antigo nome da Braskem em Maceió, que essas coisas eram antevistas, esperadas; aliás, expectativas essas [...] que ainda continuam, porque nós não temos nenhum indicativo de que aquelas coisas cessaram e não poderão deixar de voltar a acontecer.”

Senador Renan Calheiros

BRASKEM

8 de maio de 2023

“[...] Na verdade, o impacto causado pelos 35 poços de mineração foi muito mais longe, prejudicando um universo estimado em 200 mil pessoas, mais de 20% do total da população de Maceió, num efeito colateral decorrente do epicentro do afundamento dos bairros.[...]”

O melhor caminho é o da reconciliação da empresa com a sociedade alagoana e com as suas instituições. Essa pacificação somente será plena com a justa reparação dos prejuízos causados às pessoas, ao meio ambiente, aos equipamentos urbanos e ao setor público. Essa é a nossa expectativa.”

Senhor Paulo Dantas,
Governador do Estado de Alagoas



Acesse a íntegra da reunião:
9ª Sessão Extraordinária

BRASKEM



“Enquanto a Braskem negociava a bagatela de R\$25 mil para pagar a população do Flexal, sem qualquer contato com essa população, ela distribuía, no mesmo período, um lucro de R\$7,1 bilhões.”

Senhor Ricardo Antunes Melro

Defensor Público do Estado de Alagoas



“A Braskem não pode se beneficiar do próprio crime. Isso não foi uma tragédia ambiental causada ao acaso, isso foi um crime ambiental cometido por uma extração de minério de forma equivocada.”

Deputado Federal Rafael Brito

BRASKEM

“O crime cometido pela Braskem se tornou uma discussão de 3,3 milhões de alagoanos e alagoanas[...]. Tudo em Maceió mudou a partir do desastre ambiental, do crime cometido pela Braskem.”

Deputado Estadual Alexandre Ayres



“Mais de 70% dessas minas estão com o fator de segurança muito abaixo do mínimo necessário – muito abaixo! –, por isso é que desabaram.”

Professor Abel Galindo Marques



BRASKEM



“Houve dois crimes: o primeiro foi o crime relacionado à exploração de sal-gema; o segundo crime a Braskem está fazendo ao enganar o mercado, os acionistas, os compradores e o Estado brasileiro.”

Senhor Alexandre de Moraes Sampaio

Representante da Associação dos Empreendedores do Pinheiro/AL



“Os Flexais e a Marquês de Abrantes foram afetados diretamente [...]. Então, dali foi embora tudo que nós tínhamos – e todo mundo já sabe: colégio, supermercado, açougue. Enfim, ficou uma comunidade de 3,5 mil pessoas carentes, pobres, a maioria desempregadas.”

Senhor Antônio Domingo dos Santos

Representante dos Moradores dos Bairros atingidos

BRASKEM

*“Nestas comunidades afetadas pelo crime da Braskem, desde a existência desse crime, nós **não temos tido mais saúde**. Não se senta mais à mesa do café da manhã ou mesmo do almoço e do jantar para se tratar de outra questão que não seja o crime cometido pela Braskem.”*

Senhor Maurício Sarmento da Silva

Representante do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem - MUVB



“Em 2018, foram descobertas rachaduras em diversos imóveis da região, o que levou a uma série de evacuações e realocações de famílias inteiras. Os impactos foram múltiplos e afetaram a vida de milhares de pessoas.”

Senhor Hugo Wanderley Caju

Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas - AMA



BRASKEM



*“[...] a Braskem constrói sua legitimidade científica com modus operandi envolvendo algumas estratégias, aqui eu vou citar apenas três. **Primeiro é a produção de acordos como o termo de acordo socioambiental realizados de cima para baixo, sem a participação das pessoas.**”*

Professora Camila Dellagnese Prates



*“[...] hoje a empresa jamais teria se instalado nessa região, jamais, pelos condicionantes ambientais. Essa área, **se tivesse seguido seu curso histórico, antes da instalação da empresa, hoje seria uma área de largo desenvolvimento para a cidade e de largo aproveitamento por todos os munícipes [...].**”*

Professora Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti

BRASKEM

“[...] um dia desses eu passei pela Ladeira do Calmon tentando encontrar a casa do meu pai e eu não a encontrei mais. Ela não existe mais. Os meus antepassados, como os de Elias também, foram daquela região. Então, nós estamos lidando com um desastre de uma dimensão incomensurável.”

Professor Edson José de Gouveia Bezerra



“[...] quantas vezes a gente ouvia – eu morava cá, em Stella Maris: "Eita! Aconteceu um acidente da Braskem. Vazou gás lá no Pontal". Há quantos anos que a gente ouviu isso? E nada foi tomado de providências.”

Senhora Tereza Nelma

Secretária Nacional de Aquicultura



BRASKEM



*“[...] se em um acidente que não teve essa gravidade, **por exemplo, o de Mariana, a Vale, a empresa infratora, já gastou R\$37 bilhões**, e está longe de ter resolvidos todos esses problemas, por que um acidente muito maior, causado por um outro infrator ambiental, com R\$3,4 bilhões iria resolver?”*

Senhor Cássio de Araújo Silva

Representante do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem - MUVB



*“A Braskem aproveita essas brechas, e a população fica à mercê de um acordo que não tem paridade, que não tem justiça. E a Justiça, infelizmente, vem tratando **como se o caso já estivesse resolvido**, como se a ACP tivesse resolvido todos os problemas da população do Flexal, da população dos bairros atingidos, e isso não é verdade.”*

Senhor Silvio Omena de Arruda

Advogado das Vítimas

BRASKEM

8 de maio de 2023

Desdobramentos

Em 24 de outubro de 2023, foi apresentado o Requerimento 952/2023, que constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar “Os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A. decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no País, Caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas”. O colegiado, **instalado em 13/12/2023, aprovou relatório final em maio de 2024.**

Reunião Regimental com o Ministro das Relações Exteriores

11 de maio de 2023

- Requerimento nº 4/2023-CRE de autoria do Senador Renan Calheiros (MDB/AL) e Requerimento nº1/2023-CRE de autoria do Senador Carlos Portinho (PL/RJ).
- Finalidade: Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art. 103, § 2º, do RISF.
- A Audiência Pública teve duração de 3 horas e 38 minutos.

Ministro das Relações Exteriores

11 de maio de 2023

- Requerimento nº 4/2023-CRE de autoria do Senador Renan Calheiros (MDB/AL) e Requerimento nº 1/2023-CRE de autoria do Senador Carlos Portinho (PL/RJ).
- Finalidade: Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art. 103, § 2º, do RISF.
- A Audiência Pública teve duração de 3 horas e 38 minutos.

Ministro das Relações Exteriores

11 de maio de 2023

Temas abordados

- Mulheres na Diplomacia
- Acordo Mercosul-União Europeia
- Guerra Rússia-Ucrânia
- Retorno ao Multilateralismo
- Reforma no Conselho de Segurança da ONU
- Acesso à OCDE
- Relações Brasil-China
- Integração Latino-Americana
- Defesa dos Direitos Humanos



Ministro das Relações Exteriores

11 de maio de 2023

“Gostaria de dizer, Senador Renan Calheiros, que seu discurso de posse na Presidência desta Comissão facilitou, e muito, o meu trabalho e o trabalho do Ministério das Relações Exteriores. Sua visão sobre a reinserção internacional do Brasil coincide largamente com as diretrizes e orientações do Presidente Lula para a política externa e a ação diplomática brasileira em seu terceiro mandato.”

*“Por enquanto, são 23% na média geral, e há classes em que não há mais do que 15%. Então, por isso que tem que se adaptar, mas é um processo. Nós estamos mais do que cientes da necessidade de criar políticas de estímulo, de incentivo ao ingresso das **mulheres**.”*

Senhor Embaixador Mauro Vieira

Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Conflito Israel-Palestina

18 de outubro de 2023

- Finalidade: Ouvir o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, como convidado, sobre o conflito em Israel e na Palestina, a posição da Diplomacia brasileira e sobre a repatriação de brasileiros, conforme disposto art. 397, inciso II, do RISF.
- A Audiência Pública teve duração de 2 horas e 28 minutos.

Senador Renan Calheiros
Presidente da CPE

Conflito Israel-Palestina

18 de outubro de 2023

Temas abordados

- Repatriação de brasileiros
- Presidência brasileira do CSNU
- Cooperação humanitária brasileira
- Evacuação de estrangeiros da Faixa de Gaza
- Tomada de reféns israelenses pelo Hamas
- Populações vulneráveis atingidas pelo conflito
- Repúdio ao terrorismo
- Vistos humanitários para refugiados palestinos
- Resolução brasileira no CSNU para solucionar o conflito Israel-Hamas

Conflito Israel-Palestina

“Tenho muito claro que a humanidade sonha com a paz utópica, em casos específicos. Eu sonho e rezo pela paz. Civis não querem as guerras; querem, sim, viver em paz com suas famílias e não se opõem à coexistência serena entre etnias distintas.”

Senador Renan Calheiros



“Portanto, nós não podemos assumir uma responsabilidade que nem Israel quis assumir. E talvez não lhe tenha interessado fortalecer a Autoridade Palestina, porque, ao mesmo tempo - e eu não quero aqui interpretar, mas é o que a imprensa noticia -, o que aconteceu agora é fruto também de um desvio estratégico de Israel para mandar as suas forças cuidarem mais da Cisjordânia do que da Faixa de Gaza. Não sou eu que estou inventando isso.”

Senador Esperidião Amin



Conflito Israel-Palestina



“O Conselho de Segurança das Nações Unidas não classificou as duas organizações, o Hamas com o seu braço... O Hamas é um partido político também, tem um lado administrativo e tem duas brigadas, que são o braço armado. Não foram, nem a organização como um todo nem as duas brigadas, cujo nome não me recordo agora, consideradas organismos terroristas, organizações terroristas até agora.”

Senhor Mauro Vieira

Ministro de Relações Exteriores



“Toda essa confusão, esse conflito que acontece no Oriente Médio desde então é fruto daqueles acordos malfadados e do acordo Sykes-Picot, que dividiu a região entre as potências de então, e não houve um prosseguimento nisso, e nos levou à situação que a gente vive.”

Senador Hamilton Mourão

I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança

28 de novembro de 2023

- Requerimento 13/2023-CRE de autoria do Senador Esperidião Amin e da Senadora Mara Gabrilli.
- Finalidade: Debater a Revisão do I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança (PNA MPS), em conformidade com o REQ 13/2023 – CRE, aprovado em 27 de abril de 2023.
- A Audiência Pública teve duração de 1 hora e 45 minutos e se deu de forma virtual.

I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança

28 de novembro de 2023

Convidados

- **Coordenadora do Grupo Interministerial Informal para a Elaboração do II Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (II PNA-MPS), MRE, Senhora Embaixadora Maria Elisa Rabello Maia;**
- **Coordenador da Seção de Organismos Globais, da Subchefia de Organismos Internacionais, da Chefia de Assuntos Estratégicos - MD, Senhor Comandante de Fragata (CF) Gustavo Henrique Schneider Arueira;**
- **Representante da ONU Mulheres, Senhora Renata Avelar Giannini;**
- **Coordenadora Geral da Rede Brasileira sobre Operações de Paz (REBRAPAZ), Senhora Eduarda Hamann;**
- **Pesquisadora, Representante do Instituto Igarapé, Senhora Marina Alkmim.**

I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança

“A audiência de hoje, portanto, de exame do I PNA, também representa uma oportunidade ímpar para obter elementos adicionais para construir uma estratégia nacional que repita a prioridade atribuída pelo Estado brasileiro à agenda de mulheres, paz e segurança.”

Senhora Embaixadora Maria Elisa Rabello Maia



“[...] acredito que as Forças Armadas têm atingido as metas anuais da presença feminina nas missões de paz, de acordo com o que foi falado no início da apresentação. Vamos continuar cumprindo e buscando sempre superar as metas.”

Senhor Comandante de Fragata Gustavo Schneider



I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança



“[...] a persistência dos altos níveis de violência contra as mulheres acende um alerta importante sobre quais as dinâmicas nós temos que estar atentos para incluí-las em um Plano Nacional de Ação que busque abarcar as experiências multifacetadas e interseccionais das mulheres [...].”

Senhora Marina Alkmim

Pesquisadora, Representante do Instituto Igarapé



“[...] teve uma grande inovação nesse plano em termos de conteúdo e que, inclusive, tem relação com o que foi discutido aqui antes do início desta reunião, que é justamente que hoje em dia os planos nacionais tratam de forma sistemática a questão da migração e do refúgio e da perspectiva de gênero nisso.”

Senhora Renata Avelar Giannini

Representante da ONU Mulheres



Audiências Públicas

2024

Reunião Regimental com o Ministro das Relações Exteriores

14 de março de 2024

- Finalidade: Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art. 103, § 2º, do RISF.
- Comparecimento, mediante entendimento com a Presidência.
- A Audiência Pública teve duração de 2 horas e 26 minutos.

Ministro das Relações Exteriores

14 de março de 2024

Temas abordados

- Conflito entre Israel e Hamas
- Guerra entre Rússia e Ucrânia
- Tratado de Itaipu
- Participação das mulheres na Diplomacia
- Posição do Brasil sobre a situação dos opositores na Venezuela

Ministro das Relações Exteriores

14 de março de 2024

“Foram mais de 200 interações mantidas pelo Senhor Presidente da República e por mim mesmo na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas, telefonemas e videoconferências.”

“Se, no ano de 2023, o Brasil voltou ao mundo, neste ano é o mundo que virá ao Brasil. O principal exemplo disso é a Presidência brasileira do G20, nossa prioridade maior de política externa em 2024.”

“Outra prioridade para este ano, conforme orientações recebidas do Presidente Lula, são as relações com a América Latina, o Caribe e o continente africano.”

Senhor Embaixador Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores do Brasil



Acesse a íntegra da reunião:
[2ª Sessão Ordinária](#)



Ministro das Relações Exteriores

14 de março de 2024

“Pediria que, [...], V. Exa. pudesse trazer informações sobre os seguintes questionamentos:

primeiro, pela urgência e pela gravidade, sobre o conflito entre Israel e o grupo Hamas e a decorrente crise humanitária na Faixa de Gaza.

O segundo questionamento, inevitável, diz respeito à guerra da Ucrânia, que acaba de completar três anos e que também vive, hoje, um impasse. Especialistas temem uma nova escalada do conflito.

Como terceiro e último ponto, [...], nós pediríamos que V. Exa. esclarecesse a posição do Brasil e o andamento das negociações relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu, que dispõe sobre as bases financeiras do acordo, cuja validade expirou em abril do ano passado.”

Senhor Senador Renan Calheiros

Presidente da CRE

Ministro das Relações Exteriores

14 de março de 2024

“No total, a operação Voltando em Paz repatriou 1.560 cidadãos em 12 voos da FAB e um voo comercial, incluindo quatro grupos de brasileiros que estavam em Gaza. O Brasil se orgulha de sua posição histórica sobre o conflito israelo-palestino, que respeita o direito internacional, as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas.”

“O Brasil mantém canais de interlocução abertos com Kiev e com Moscou. Nossa posição é clara: condenamos a violação da integridade territorial ucraniana tanto no Conselho de Segurança como na Assembleia-Geral da ONU. Ao mesmo tempo, nos posicionamos em favor da paz, do diálogo e da diplomacia.”

“Foi terminado o pagamento da dívida contraída para a construção da empresa, e o Brasil e o Paraguai começarão, em breve, a discutir a revisão do Anexo C. Já foi criado, dentro do Governo brasileiro, um comitê para discutir a posição com relação ao Anexo C e a revisão dos seus termos, tendo em vista, sobretudo, o fim, a extinção do pagamento da dívida.”

Senhor Embaixador Mauro Vieira

Ministro das Relações Exteriores do Brasil



Acesse a íntegra da reunião:
[2ª Sessão Ordinária](#)

Perguntas dos Senadores



Senador Esperidião Amin: questionou o Ministro sobre a participação das mulheres na diplomacia.



Senador Sergio Moro: levantou questões sobre a posição do Brasil em relação à Venezuela e sua relação com os princípios democráticos, mencionando a prisão de opositores e figuras políticas venezuelanas.



Senador Hamilton Mourão: levantou questões sobre a assessoria do Presidente Lula na política externa e o papel de Celso Amorim nesse contexto.

Respostas do Ministro

1. Presença de Mulheres no Itamaraty:

- Vieira destacou que, entre os cerca de 1.500 diplomatas brasileiros, 23,3% são mulheres;

- Enfatizou que o Itamaraty está tomando medidas afirmativas para aumentar esse número, incluindo políticas de cotas e bolsas voltadas para mulheres, incentivando seu ingresso e ascensão na carreira diplomática.

2. Mulheres em Cargos de Chefia:

- Ele mencionou que, entre os dez secretários do Itamaraty, três são mulheres, representando 30% do segundo escalão da diplomacia;



Respostas do Ministro

- *Vieira afirmou que, pela primeira vez na história do Itamaraty, uma mulher, a Embaixadora Maria Luiza Viotti, ocupa o cargo de Secretária-Geral, o segundo mais alto posto da diplomacia brasileira.*

3. Mulheres em Postos Internacionais:

- *Citou a presença de mulheres chefiando importantes embaixadas e consulados, como em Washington, Singapura, Berna, Budapeste, Seul, entre outros;*

- *Vieira explicou que, para que uma embaixadora seja designada, é necessário obter a aprovação do país de destino (agrément), e que nem sempre esses processos ocorrem rapidamente, o que pode influenciar o número de mulheres nomeadas de uma vez.*



Respostas do Ministro

4. Esforços para Aumentar a Participação Feminina:

- O ministro reforçou o compromisso do Itamaraty em aumentar a participação feminina, destacando que o percentual atual de 23,3% já é considerado significativo, mas que o objetivo é aumentar ainda mais.

- Vieira se comprometeu a fornecer dados adicionais sobre a participação feminina nas próximas nomeações e missões diplomáticas, se necessário.



Respostas do Ministro

5. Distanciamento das Democracias Ocidentais:

- O ministro começou esclarecendo que não há um afastamento das democracias ocidentais por parte do Brasil. Ele ressaltou que o Brasil é um país que dialoga com todos os países, independente de suas posições ideológicas ou políticas. O Brasil mantém embaixadas residentes em muitos países e se guia por preceitos constitucionais, como o multilateralismo e a solução pacífica de controvérsias;

- Vieira destacou que o Brasil tem relações importantes com as democracias ocidentais em termos comerciais, científicos e tecnológicos, além de colaborações internacionais.



Respostas do Ministro

6. Comparação entre Ucrânia e Israel:

- O ministro respondeu à comparação feita entre o posicionamento do Brasil em relação à guerra na Ucrânia e ao conflito entre Israel e Hamas, esclarecendo que a postura do Brasil é consistente em ambos os casos. O Brasil condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia e também os atos terroristas do Hamas, seguindo o mesmo princípio de defender a integridade territorial e os direitos humanos;

- Ele mencionou que o Presidente Lula criticou duramente a invasão russa na Ucrânia desde o início de seu governo e continua a condenar atos que atentam contra a paz.



Respostas do Ministro

7. Inabilitação de Candidaturas na Venezuela:

- Em relação à questão da inabilitação de María Corina Machado na Venezuela, o ministro reafirmou que o Brasil segue uma política de não interferência nos assuntos internos de outros países. O governo brasileiro não emite juízos públicos sobre as políticas internas da Venezuela, mas participa de iniciativas de diálogo voltadas para o entendimento entre o governo e a oposição venezuelanos.

Na resposta à pergunta do Senador Hamilton Mourão, o Ministro Mauro Vieira explicou o papel do Embaixador Celso Amorim na política externa do governo atual. Vieira enfatizou que, de acordo com a legislação, o Ministro das Relações Exteriores é o principal assessor em política externa. No entanto, ele mencionou que é comum, desde os governos militares, os presidentes brasileiros contarem com assessores internacionais.



Acesse a íntegra da reunião:
[2ª Sessão Ordinária](#)

Respostas do Ministro

Vieira destacou que Celso Amorim tem um papel próximo ao Presidente Lula, sendo um assessor pessoal que facilita a comunicação em situações em que o tempo é um fator essencial, especialmente quando o ministro não pode estar fisicamente presente. Amorim, por sua longa experiência, contribui com sua expertise diplomática em assuntos delicados e urgentes, como negociações de paz, que exigem reuniões mais reservadas ou de cunho pessoal, em vez de ações formais do governo brasileiro.

Ele ainda acrescentou que, embora seja essencial ter uma pessoa da confiança do presidente nessas questões, ele e Amorim trabalham de forma colaborativa, e ambos dividem suas responsabilidades dentro de um entendimento mútuo e eficaz.



Acesse a íntegra da reunião:
[2ª Sessão Ordinária](#)

Eleições na Venezuela

15 de agosto de 2024

- Finalidade: Ouvir o Senhor Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, como convidado, sobre sua atuação como enviado do Brasil para acompanhar as eleições presidenciais ocorridas na Venezuela.
- Em atendimento ao Requerimento 14/2024-CRE (Autora: Tereza Cristina (PP/MS)).
- A Audiência Pública teve duração de 2 horas e 29 minutos.

Eleições na Venezuela

15 de agosto de 2024

Temas abordados

- Eleições na Venezuela
- Transparência e Resultados Eleitorais: publicação das atas
- Prisões arbitrárias e tortura
- Sanções internacionais e crise humanitária
- Posição Brasileira

Eleições na Venezuela

15 de agosto de 2024

“É uma honra e também uma satisfação voltar ao Senado Federal, onde já tive o prazer de estar em diversas ocasiões, inicialmente como Chanceler do Presidente Itamar Franco, depois do Presidente Lula e como Ministro de Defesa na gestão da Presidenta Dilma Rousseff.

Hoje venho numa posição distinta, de Assessor Especial do Presidente da República. Como gosta de dizer o próprio Presidente Lula, eu fui incumbido de ser o seu assessor para assuntos conflituosos, que então são, por definição, difíceis e muito polêmicos.

Desde janeiro de 2023, temos recuperado a nossa vocação universalista. As três primeiras viagens que o Presidente Lula fez, nesse seu terceiro mandato, foram muito simbólicas. O primeiro destino, ou melhor, dois destinos, foram a Argentina e o Uruguai, representando a prioridade que conferimos ao nosso entorno regional. Os destinos seguintes foram os Estados Unidos e a China, mostrando que somos avessos a rivalidades geopolíticas e alinhamentos automáticos.”

Senhor Embaixador Celso Amorim

Assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente da República



Acesse a íntegra da reunião:
[12ª Sessão Ordinária](#)

Perguntas dos Senadores



Senadora Tereza Cristina: perguntou como o Brasil lidaria com a situação de os dados não serem apresentados em tempo hábil. Quis saber se Celso Amorim teve a oportunidade de confrontar Maduro sobre a necessidade de maior transparência nas eleições e apresentar as atas e por que ele não recebeu os representantes da oposição: Maria Corina e González.



Senador Nelsinho Trad: perguntou sobre o Acordo de Barbados, que prometia garantir eleições limpas na Venezuela, e como a oposição foi reprimida durante o processo eleitoral. Solicitou informações sobre o impacto das sanções internacionais e as dificuldades enfrentadas pelo povo venezuelano.



Senador Sergio Moro: Perguntou sobre as prisões arbitrárias de opositores na Venezuela e como o Brasil pode manter relações diplomáticas enquanto tais práticas continuam ocorrendo e por que os opositores Maria Corina Machado e González não foram recebidos por Celso Amorim.

Perguntas dos Senadores



Senador Esperidião Amin: perguntou como a influência de Diosdado Cabello afeta a democracia na Venezuela e se há esperanças reais de uma transição pacífica. Questionou sobre as sanções internacionais impostas à Venezuela, mencionando as consequências econômicas e sociais para a população.



Senadora Augusta Brito: questionou sobre o papel do Brasil em garantir a paz e o diálogo na Venezuela e sobre como o Brasil pretende continuar apoiando soluções diplomáticas sem acirrar os conflitos.



Senadora Rosana Martinelli: Perguntou se o governo brasileiro estabelecerá um prazo limite para que as atas eleitorais fossem apresentadas, e quais seriam as consequências caso isso não acontecesse.

Respostas do Embaixador

Sobre as atas eleitorais, o Embaixador explicou que, durante sua visita à Venezuela, ele teve uma audiência com o Presidente Maduro, na qual perguntou diretamente sobre a situação das atas. Segundo Amorim, Maduro atribuiu o atraso à ocorrência de um ataque cibernético, mas assegurou que as atas seriam apresentadas "nos próximos dias". [...] embora as palavras de Maduro tenham lhe dado alguma tranquilidade, ele nunca teve uma certeza completa sobre a situação.

Amorim reiterou que o Brasil tem insistido na publicação das atas como parte essencial da transparência do processo eleitoral, e destacou que a postura diplomática brasileira segue baseada em não-intervenção e resolução pacífica de controvérsias, ressaltando também que a diplomacia deve agir com cautela e paciência, pois a impaciência pode ser um mau conselheiro em situações diplomáticas.

Embaixador (

Respostas do Embaixador

Sobre não haver recebido a Sra. Maria Corina, o Embaixador explicou que o fez deliberadamente, por considerar que alguém teria de manter contato com o Governo, mas que chegou a receber o candidato Edmundo González (que é diplomata) na Embaixada, em um encontro reputado por ele como tranquilo.

O Embaixador Amorim reconheceu que o Acordo de Barbados não foi cumprido da maneira esperada, especialmente devido à repressão à oposição e à falta de transparência no processo eleitoral. Amorim também enfatizou que o Brasil continuava a monitorar a situação e a pressionar por mais transparência, mas admitiu que os esforços diplomáticos ainda não haviam sido suficientes para reverter a situação na Venezuela.



Respostas do Embaixador

Sobre prisões arbitrárias, o Embaixador Celso Amorim afirmou que, embora não tenha visitado prisões durante sua missão na Venezuela, o Brasil está atento às questões de direitos humanos no país. Ele explicou que o governo brasileiro já havia oferecido ajuda para retirar os assessores de María Corina Machado, que estavam presos ou exilados na Embaixada do Brasil na Venezuela, e mencionou que o Brasil está tentando resolver esses problemas por meio do diálogo. Amorim destacou que o Brasil está enfrentando um perigo mais imediato, relacionado à possibilidade de um conflito grave na Venezuela, e que está tentando resolver isso em primeiro lugar. Ele reforçou que o diálogo é o melhor caminho para evitar maiores conflitos, ressaltando que "impaciência não é boa conselheira" na diplomacia.

Amorim reconheceu a importância do papel de Diosdado Cabello no cenário político venezuelano, mas enfatizou que a missão do Brasil foi focada nas eleições e não diretamente nas figuras específicas de poder dentro do governo venezuelano. Ele reafirmou que o Brasil, junto com outros países da América Latina, tem tentado facilitar o diálogo entre o governo e a oposição venezuelana, com o objetivo de garantir eleições democráticas e pacíficas.

Respostas do Embaixador

Amorim ressaltou que o Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, está trabalhando em conjunto com outros países latino-americanos, como México e Colômbia, para buscar uma solução negociada. Ele mencionou que o Brasil continua a exercer seu papel de mediador, evitando acirrar os conflitos e buscando manter o diálogo aberto com todas as partes envolvidas.

O Ministro Amorim reafirmou o compromisso do Brasil em buscar uma solução pacífica para a crise venezuelana, ressaltando a importância do diálogo como meio de evitar maiores conflitos e de promover uma transição democrática. Ele também argumentou que ultimatos ou prazos fixos não são produtivos na diplomacia e podem complicar ainda mais a situação.

Ele reiterou que o Brasil não reconhecerá um presidente que não tenha as atas eleitorais para comprovar sua legitimidade, mas evitou fixar um prazo específico. O Embaixador afirmou que, embora não haja um prazo formal, o governo brasileiro segue pressionando para que as atas sejam apresentadas e continuará acompanhando a situação de perto.



Políticas Públicas

Biênio 2023-2024

Políticas Públicas na CRE

Nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CRE, a cada ano, selecionar para avaliação, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo.

Políticas Públicas na CRE

No Biênio 2023-2024, a CRE aprovou a avaliação de duas Políticas Públicas:

- Exercício 2023: Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança;
- Exercício 2024: Política Nacional de Cibersegurança.

Políticas Públicas na CRE

Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança

Requerimento nº 13/2023-CRE

Relatora: Mara Gabrilli

Cronologia

1. 27/04/2023: Aprovado o Requerimento;
2. 17/08/2023: Aprovado Plano de Trabalho;
3. 04/09 a 04/10/2023: Chamamento Público;
4. 14/09/2023: Aprovados 3 Requerimentos de Informação;
5. 28/11/2023: Audiência Pública;
6. 22/12/2023: Apresentado o Relatório da Senadora Mara Gabrilli;
7. Fase atual: Relatório aguardando a aprovação pela CRE.

Políticas Públicas na CRE

Política Nacional de Cibersegurança

Requerimento nº 6/2024-CRE

Relator: Esperidião Amin

Cronologia

1. 25/04/2024: Aprovado o Requerimento, que foi despachado à Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética (CREDC);
2. 21/05/2024: Aprovado Plano de Trabalho (CREDC);
3. 18/06/2024: Primeira Audiência Pública;
4. 09/07/2024: Segunda Audiência Pública;
5. 10/12/2024: Aprovado Relatório na 16ª Reunião da Comissão (Parecer nº 54/2024-CRE) e encaminhado o Requerimento à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.

Emendas Orçamentárias

Biênio 2023-2024



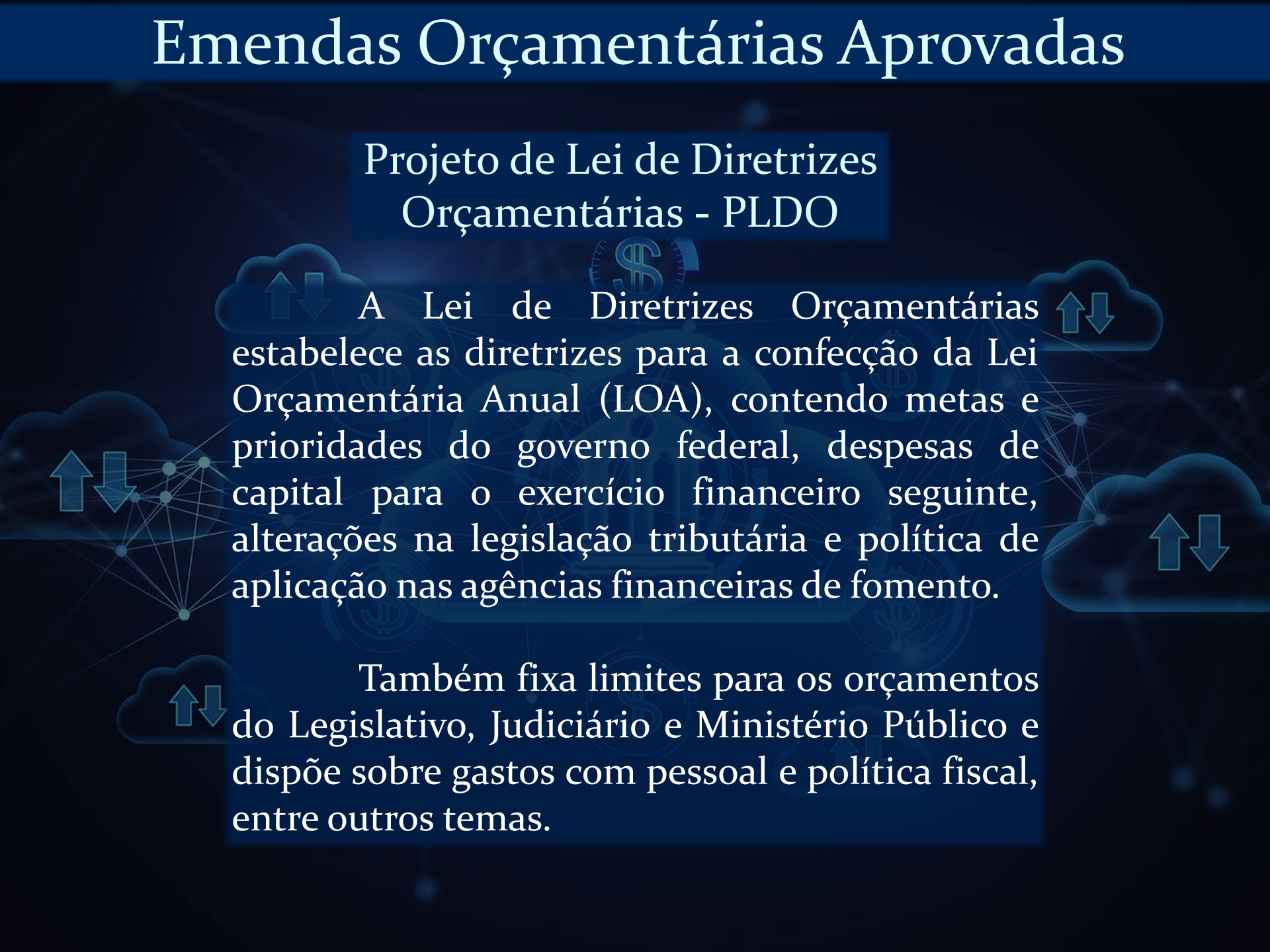
Emendas Orçamentárias Apresentadas

A CRE atuou, nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, em duas grandes Leis Orçamentárias, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, e o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, durante o biênio 2023-2024.

O relatório atém-se aos valores e textos das emendas propostas pela CRE, não considerando o acatamento pelo parecer final do Congresso nem a execução das emendas à despesa.

Emendas Orçamentárias Aprovadas

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO



A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo federal, despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, alterações na legislação tributária e política de aplicação nas agências financeiras de fomento.

Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO

Emendas de Metas e Prioridades Apresentadas em 2023

Ação orçamentária	Meta
AÇÃO: 14ML – Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	1
AÇÃO: 20WW – Relações e Negociações Bilaterais	100
AÇÃO: 14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	15

Relatoria: Senador Humberto Costa

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO

Emendas de Texto Apresentadas em 2023

1. Ressalva de contingenciamento: Despesas do Exército;
2. Elimina a função 19 do art. 63 do Projeto;
3. Inclui a vedação de concessão de empréstimos ou financiamento pelo BNDES no exterior;
4. Ressalva de contingenciamento: Despesas do Ensino Profissional Marítimo (EPM);
5. Ressalva de contingenciamento: Despesas de moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos à serviço da União no exterior;
6. Ressalva de contingenciamento: Despesas de PROSUB, PNM e AMAZUL;
7. Inclui os parágrafos § 4º e 5º ao Art. 22, para viabilizar a manutenção do registro contábil dos Restos a Pagar não Processados (RPNP);
8. Ressalva de contingenciamento: Despesas de reforma e conservação de imóveis próprios nacionais no Exterior.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO

Emendas de Metas e Prioridades Apresentadas em 2024

Ação orçamentária	Meta
AÇÃO: 123I – Construção de Navios Convencionais	100
AÇÃO: 14To – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	9
AÇÃO: 20Xo – Cooperação Humanitária Internacional e participação da sociedade civil	100

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO

Emendas de Texto Apresentadas em 2024

1. Ressalva de contingenciamento: Despesas do Exército;

2. Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM);

3. Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2.

Emendas Orçamentárias Apresentadas

Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA

A LOA é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro.

A LOA contém todos os gastos do Governo Federal e seu projeto (PLOA) deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano.

Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA

Emendas de Apropriação Apresentadas em 2023

Relatoria: Senador Fernando Dueire



Projeto FX-2
R\$ 1.286.254.135,00.



Relações e Negociações
Bilaterais
R\$ 184.200.000,00.



Reconstrução da Estação
Antártica Comandante Ferraz
R\$ 30.000.000,00.



Implantação do SISFRON
R\$ 40.000.000,00.

Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA

Emendas de Apropriação Apresentadas em 2024

Relatoria: Senador Chico Rodrigues



Projeto FX-2
R\$ 1.286.254.135,00.



Cooperação Humanitária
Internacional e Participação da
Sociedade Civil R\$ 120.000.000,00.



Fiscalização da Navegação
Aquaviária
R\$ 180.000.000,00.



Implantação do SISFRON
R\$ 398.000.000,00.



Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética

Composição da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética (CREDC)

Presidente



Senador Esperidião Amin
PP/SC

Composição da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética (CREDC)

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)

Senador Fernando
Dueire
MDB/PE



Senador Sérgio Moro
UNIÃO/PR



Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)

Senador Nelsinho
Trad
PSD/MS



Senador Chico
Rodrigues
PSB/RR



Composição da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética (CREDC)

Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Esperidião
Amin
PSD/MS



Senador Chico
Rodrigues
PSB/RR



Cronologia



15/06/2023: Criação do subcolegiado por meio da aprovação do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 20, de 2023-CRE, aprovado na 13ª Reunião da CRE.

14/05/2024 – 1ª Reunião: Instalação, Eleição, Reunião de Trabalho.



21/05/2024 – 2ª Reunião: Apreciação do Plano de Trabalho.

18/06/2024 – 3ª Reunião: Audiência Pública Interativa, para debater os seguintes temas: I – Política Nacional de Cibersegurança: Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e Plano Nacional de Cibersegurança; II – Relações entre Segurança e Defesa Cibernética; e III – Anteprojeto de lei sobre Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Sistema Nacional de Cibersegurança (SNCiber).



Cronologia



09/07/2024 – 4ª Reunião: Audiência Pública Interativa, para debater os riscos internacionais em segurança cibernética e a importância de uma agência nacional de segurança digital no Brasil.

30/10/2024 – 5ª Reunião: Audiência Pública Interativa, para debater Debater as Relações entre Segurança e Defesa Cibernética.



O Plano de Trabalho da CREDC

Para o ano de 2024, os trabalhos da CREDC concentraram-se sobre a aprovação da Política Nacional de Cibersegurança.

Nesse sentido foi despachada ao subcolegiado o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 6, de 2024, aprovado na 5ª Reunião da CRE.



Ficha Técnica

Secretário: Marcos Aurélio Pereira

Secretária Adjunta: Silvia Franco Filogonio

Assessor Internacional: Paulo Uchôa Ribeiro Filho

Design Gráfico: Maria Júlia Carreiro Cabral

Apoio Técnico:

Diego de Albuquerque Ribeiro

Eduardo Gomes Moreira

Luiz de Jesus Peres Soares

Yamar Anjos de Brito

Telefone: 61 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br

Endereço: Ala Alexandre Costa, Sala 5-B, Plenário 7